

SÉRIE ESPECIAIS DO CENTRO DE MUSICOLOGIA DE PENEDO

Luiz Almeida

# lunga

os quilombolas  
em Taquarana – Alagoas

VOLUME II

 CENTRO DE  
MUSICOLOGIA DE  
PENEDO

 pimenta  
cultural

SÉRIE ESPECIAIS DO CENTRO DE MUSICOLOGIA DE PENEDO

Luiz Almeida

# lunga

os quilombolas  
em Taquarana – Alagoas

VOLUME II

 CENTRO DE  
MUSICOLOGIA DE  
PENEDO

| São Paulo | 2022 |

 pimenta  
cultural

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2022 o autor.

Copyright da edição © 2022 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

## CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

### Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski

*Universidade La Salle, Brasil*

Adriana Flávia Neu

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

*Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil*

Aguimário Pimentel Silva

*Instituto Federal de Alagoas, Brasil*

Alaim Passos Bispo

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Alaim Souza Neto

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Alessandra Knoll

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Alessandra Regina Müller Germani

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Aline Corso

*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Aline Wendpap Nunes de Siqueira

*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Ana Rosângela Colares Lavand

*Universidade Federal do Pará, Brasil*

André Gobbo

*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Andressa Wiebusch

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Andreza Regina Lopes da Silva

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Angela Maria Farah

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Anísio Batista Pereira

*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Antonio Edson Alves da Silva

*Universidade Estadual do Ceará, Brasil*

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

*Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil*

Arthur Vianna Ferreira

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior

*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Bárbara Amaral da Silva

*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Bernadette Beber

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos

*Universidade do Vale do Itajaí, Brasil*

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa

*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Caio Cesar Portella Santos

*Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil*

Carla Wanessa do Amaral Caffagni

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Carlos Adriano Martins

*Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil*

Carlos Jordan Lapa Alves

*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Caroline Chioquetta Lorenset

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Cássio Michel dos Santos Camargo  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil*

Christiano Martino Otero Avila  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*

Cláudia Samuel Kessler  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Cristiane Silva Fontes  
*Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

Daniela Susana Segre Guertzenstein  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Daniele Cristine Rodrigues  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Dayse Centurion da Silva  
*Universidade Anhanguera, Brasil*

Dayse Sampaio Lopes Borges  
*Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil*

Diego Pizarro  
*Instituto Federal de Brasília, Brasil*

Dorama de Miranda Carvalho  
*Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil*

Edson da Silva  
*Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil*

Elena Maria Mallmann  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Eleonora das Neves Simões  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Eliane Silva Souza  
*Universidade do Estado da Bahia, Brasil*

Elvira Rodrigues de Santana  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Éverly Pegoraro  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Fábio Santos de Andrade  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Fabrcia Lopes Pinheiro  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Felipe Henrique Monteiro Oliveira  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Fernando Vieira da Cruz  
*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*

Gabriella Eldereti Machado  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Germano Ehlert Pollnow  
*Universidade Federal de Pelotas, Brasil*

Geymeesson Brito da Silva  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Handherson Leylton Costa Damasceno  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Hebert Elias Lobo Sosa  
*Universidad de Los Andes, Venezuela*

Helciclever Barros da Silva Sales  
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Hendy Barbosa Santos  
*Faculdade de Artes do Paraná, Brasil*

Humberto Costa  
*Universidade Federal do Paraná, Brasil*

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Inara Antunes Vieira Willerding  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Ivan Farias Barreto  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Jaziel Vasconcelos Dorneles  
*Universidade de Coimbra, Portugal*

Jean Carlos Gonçalves  
*Universidade Federal do Paraná, Brasil*

Jocimara Rodrigues de Sousa  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Joelson Alves Onofre  
*Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil*

Jónata Ferreira de Moura  
*Universidade São Francisco, Brasil*

Jorge Eschriqui Vieira Pinto  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Juliana de Oliveira Vicentini  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Julierme Sebastião Morais Souza  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Junior César Ferreira de Castro  
*Universidade de Brasília, Brasil*

Katia Bruginiski Mulik  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Laionel Vieira da Silva  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Leonardo Pinheiro Mozdzinski  
*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*

Lucila Romano Tragtenberg  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Lucimara Rett  
*Universidade Metodista de São Paulo, Brasil*

Manoel Augusto Polastreli Barbosa  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho  
*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil*

Marcio Bernardino Sirino  
*Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Marcos Pereira dos Santos  
*Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México*

Marcos Uzel Pereira da Silva  
*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Maria Aparecida da Silva Santandel  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Maria Cristina Giorgi  
*Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar  
*Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

Marina Bezerra da Silva  
*Instituto Federal do Piauí, Brasil*

Michele Marcelo Silva Bortolai  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Mônica Tavares Orsini  
*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil*

Nara Oliveira Salles  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Neli Maria Mengalli  
*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

Patricia Biegging  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Patricia Flavia Mota  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil*

Raul Inácio Busarello  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Roberta Rodrigues Ponciano  
*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Robson Teles Gomes  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Rodiney Marcelo Braga dos Santos  
*Universidade Federal de Roraima, Brasil*

Rodrigo Amancio de Assis  
*Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil*

Rodrigo Sarruge Molina  
*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Rogério Rauber  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Rosane de Fatima Antunes Obregon  
*Universidade Federal do Maranhão, Brasil*

Samuel André Pompeio  
*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil*

Sebastião Silva Soares  
*Universidade Federal do Tocantins, Brasil*

Silmar José Spinardi Franchi  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Simone Alves de Carvalho  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Simoni Urnau Bonfiglio  
*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Stela Maris Vaucher Farias  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*

Tadeu João Ribeiro Baptista  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno  
*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil*

Taiza da Silva Gama  
*Universidade de São Paulo, Brasil*

Tania Micheline Miorando  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tarcísio Vanzin  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Tascieli Feltrin  
*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Tayson Ribeiro Teles  
*Universidade Federal do Acre, Brasil*

Thiago Barbosa Soares  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

Thiago Camargo Iwamoto  
*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

Thiago Medeiros Barros  
*Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil*

Tiago Mendes de Oliveira  
*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil*

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues  
*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Vania Ribas Ulbricht  
*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

Wellington Furtado Ramos  
*Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil*

Wellton da Silva de Fatima  
*Instituto Federal de Alagoas, Brasil*

Yan Masetto Nicolai  
*Universidade Federal de São Carlos, Brasil*

## PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

### Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton

*Universidade Luterana do Brasil, Brasil*

Alexandre João Appio

*Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil*

Bianka de Abreu Severo

*Universidade Federal de Santa Maria, Brasil*

Carlos Eduardo Damian Leite

*Universidade de São Paulo, Brasil*

Catarina Prestes de Carvalho

*Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil*

Eliisene Borges Leal

*Universidade Federal do Piauí, Brasil*

Elizabeth de Paula Pacheco

*Universidade Federal de Uberlândia, Brasil*

Elton Simomukay

*Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil*

Francisco Geová Goveia Silva Júnior

*Universidade Potiguar, Brasil*

Indiamaris Pereira

*Universidade do Vale do Itajaí, Brasil*

Jacqueline de Castro Rimá

*Universidade Federal da Paraíba, Brasil*

Lucimar Romeu Fernandes

*Instituto Politécnico de Bragança, Brasil*

Marcos de Souza Machado

*Universidade Federal da Bahia, Brasil*

Michele de Oliveira Sampaio

*Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil*

Pedro Augusto Paula do Carmo

*Universidade Paulista, Brasil*

Samara Castro da Silva

*Universidade de Caxias do Sul, Brasil*

Thais Karina Souza do Nascimento

*Instituto de Ciências das Artes, Brasil*

Viviane Gil da Silva Oliveira

*Universidade Federal do Amazonas, Brasil*

Weyber Rodrigues de Souza

*Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil*

William Roslindo Paranhos

*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

## PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial Patrícia Biegging  
Raul Inácio Busarello

Editora executiva Patrícia Biegging

Coordenadora editorial Landressa Rita Schiefelbein

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Editoração eletrônica Lucas Andrius de Oliveira  
Naiara Von Groll  
Peter Valmorbida  
Potira Manoela de Moraes

Imagens da capa Stanislav71, Nymphoenix - Freepik.com

Tipografias Swiss 721, Kings Caslon, Acumin Pro  
ExtraCondensed

Revisão Andréa Carla de Almeida Barros  
Josemar Silva dos Santos

Autor Luiz Almeida

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A447L

Almeida, Luiz

Lunga: os quilombolas em Taquarana-Alagoas / Luiz Almeida. –  
São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

(Especiais do Centro de Musicologia de Penedo, V. 2)

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-544-6

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95446

1. Quilombos - Taquarana/AL. 2. História. 3. Sertão. 4. Escravidão.  
I. Almeida, Luiz. II. Título.

CDD 305.8908135

Índice para catálogo sistemático:

I. Quilombos - Taquarana/AL

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

ISBN da versão impressa (brochura): 978-65-5939-535-4

**PIMENTA CULTURAL**

São Paulo · SP

Telefone: +55 (11) 96766 2200

livro@pimentacultural.com

www.pimentacultural.com



2 0 2 2

# lunga

Antepassado lutou  
Hoje tá aqui o fruto  
Eliminando a dor griot  
Brilhou pro mundo nordestino  
Sanfoneiro repentista matuto  
Vem do sertão à voz do cantador  
Versando o cotidiano é o compromisso  
A voz dos excluídos  
Catalogando a história  
Z'africano Embolador de improviso  
Dom de pai pra filho  
Raiz de glória Quilombola  
Parabenizo o bom convívio  
Elimino o risco griot traz vitórias  
Raiz de glória canto risos  
Por que é preciso  
Entrar na memória.

(Bom Convívio – Z'África Brasil)

# lunga

A todas as guerreiras negras  
do Rio Lunga a Serra dos Bangas.

Dedico, também, à memória  
de João Jorge e Basto Pedro.

## Sumário

<b>Sobre o selo CEMUPE- Centro de Musicologia de Penedo O selo CEMUPE.....</b>	<b>11</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>13</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>15</b>
<b>Apresentação.....</b>	<b>17</b>
Capítulo 1	
<b>Introdução Histórica e Panorâmica ao Lunga .....</b>	<b>20</b>
Ocupação do Agreste Alagoano .....	22
O Município e a Comunidade do Lunga .....	35
Capítulo 2	
<b>Os Poços do Lunga:</b>	
aspectos da vida na comunidade.....	<b>43</b>
A comunidade: suas características, alguns de seus problemas e principais reivindicações.....	44
A casa .....	53
A Festa do Meado de Agosto .....	58
A Senzala e a Questão da Terra.....	61
Basto Pedro e as Memórias do Lunga .....	64

# lunga

Considerações Finais.....	68
Referências Bibliográficas .....	70
Índice Remissivo .....	72



## Sobre o selo CEMUPE- Centro de Musicologia de Penedo O selo CEMUPE

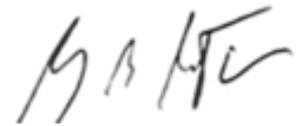
Centro de Musicologia de Penedo, vinculado a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em parceria com a Prefeitura Municipal de Penedo e a Editora PIMENTA CULTURAL, traz a continuação das séries Mestres Musicais de Alagoas, Teses e Dissertações Bandísticas e Séries Especiais. Apesar deste centro de pesquisa estar a priori abordando temáticas da regionalização alagoana, pretendemos ampliar os volumes das séries sugeridas oferecendo publicações tanto do Brasil como em outros países, não somente sobre o tema banda de música e seus desdobramentos. É necessário ampliar outros temas de análise musical no âmbito da musicologia (seja histórica ou social) e da educação musical, permeando sobre pontos da etnomusicologia e composição, oriundos das pesquisas realizadas pelo CEMUPE e seus atuais parceiros institucionais vinculados.

Atualmente o CEMUPE tem alinhado seus estudos com o Grupo Caravelas da Universidade Nova de Lisboa-Portugal e o LAMUS-Laboratório de Musicologia, vinculado a USP- Universidade de São Paulo, conectando desta forma a UFAL, com outros grupos de pesquisas brasileiros e de países colaboradores. Também contamos com grupos entre os nossos pares alagoanos a exemplo do Grupo de Pesquisa História, Memória e Documentação da Música também pertencente ao Curso de Música em parceria com a Escola Técnica de Artes.

Ratificamos que as linhas de pesquisa envolvem Educação Musical, Musicologia, Composição e Análise. Tem como meta, produzir livros, ensaios, artigos e transcrições de caráter inédito ou pouco divulgado no meio musical, seja ele acadêmico ou não e biografias autorizadas de compositores. Tais produções, oriundas deste grupo, são

debatidas nos fóruns na anual programação do Festival Internacional de Música de Penedo, evento vinculado ao CEMUPE.

Esperamos que o selo, com suas séries e publicações decorrentes, possa contribuir com a valorização do movimento da pesquisa em Música em Alagoas e nordeste do Brasil.



Marcos dos Santos Moreira

Diretor do CEMUPE

Centro de Musicologia de Penedo Alagoas

## Agradecimentos

Nunca um único deveu a tantos. É parafraseando o mestre Câmara Cascudo que resumo aqui meus sinceros agradecimentos às pessoas que contribuíram para tornar mais visíveis os clamores do povo quilombola em Taquarana.

Entre os tantos, agradeço essencialmente a todas as minhas ancestrais, em nome Das Dores, Mocinha e MadeLurdes. À Malu e Vida, a quem devo minha existência. Também as três Marias: Fátima, Patrocínio e Aparecida. Todas, mulheres que me ajudaram a se criar.

A Serapião, José Pereira e o senhor Luiz Das Dores, que ainda segue nos alimentando do roçado. A meus irmão Carlos, Rafael, Cicero, e Bartolomeu, que junto as Marias e seus filhos extraordinários, me deram apoio físico, moral e cultural para a educação e a paz.

Agradeço aos mestres: Bruno César Cavalcanti, pela dedicação, esclarecimentos e orientações; Clara Suassuna, Rachel Rocha e Josemar dos Santos pela luta pedagógica para que entendam a contribuição do Negro e em especial a todos os mestres das Ciências Sociais alagoana na figura ilustre do professor Luís Sávio de Almeida.

Agradeço enormemente as dedicadas parceiras e parceiros de labuta na Unidade de Emergência do Agreste de Arapiraca, em nome de Marivalda Barbosa, Julyanna Bernardino e de minha inestimável amiga e incentivadora científica Andréa Barros.

Um agradecimento fraterno a todas e todos os moradores do Quilombo Lunga, nas famílias de Tonha do Espírito Santo e na família de Francisco Rosendo, guardiões memoriais dos acontecimentos e conhecimento de sua história, também pela acolhida e honestidade.

Agradeço afetosamente a aguerrida militante da produção cultural Keka Rabêlo, que muito tem colaborado para dar mais vidas e visibilidade aos povos das lagoas ao sertão.

Por fim, um salve geral a todos os caminhos de luta dos quilombos. Que nos leve a Humanidade Plena!

## Prefácio

A presente obra é um importante resgate do primeiro registro da comunidade quilombola Poços do Lunga em Alagoas. Esse trabalho monográfico foi apresentado nos idos de 2010, por ocasião da conclusão do curso em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Alagoas. Tendo cumprido a sua função acadêmica, e os objetivos propostos como instrumento de transformação a ser utilizado pela comunidade quilombola em questão.

Hoje, percebemos o quanto a utilização deste trabalho pelos Lungas, e pelos diversos atores sociais comprometidos com a comunidade tem gerado ganhos consideráveis ante as condições de vulnerabilidade existentes à época de sua realização. Esses primeiros dados e informações têm sido apropriados, gerando mais respeito e visibilidade, contribuindo como fonte para o fortalecimento e a organização das comunidades quilombolas da região do Rio Lunga à Serra dos Bangas.

Nossas reflexões e ações coletivas a partir da pesquisa de campo gerou inicialmente esse trabalho, frutificaram intervenções que colaboraram para o chamamento e união da construção da associação quilombola e do fortalecimento de suas reivindicações perante os poderes públicos, que culminaram com a conquista de novos parceiros em projetos culturais e sociais comprometidos em dar maior visibilidade e solução aos problemas gerais sofridos pela comunidade.

A prova disso vemos na realização do Consciência Lunga, e a luta antirracista. Da construção da cozinha comunitária. Mais especialmente, na reestruturação da Festa do Meado agindo como vetor, compartilhando ensinamentos e conhecimentos ancestrais, resgatando e promovendo as mais diversas expressões culturais e artísticas locais,

dos mestres e mestras da cerâmica da Passagem, do terreiro de Tonho de Oxum, da capoeira do Bico de Fulô, das benzedadeiras, das raizeiras, das doceiras, e dos mais diversos artesanatos em madeira de seu Capote e de confecção de bonecas por Dona Cistina, que passaram a constituir sua programação.

Esses projetos e ações locais têm ajudado na auto organização da comunidade. Neste contexto, o resgate e edição, pelo Selo Centro de Musicologia de Penedo (CEMUPE), daquelas primeiras impressões sobre o povo Lunga, contribuindo para amplificar a conquista de novas reflexões e ações sobre o tema das comunidades quilombolas e as condições vividas do nosso povo negro.

Taquarana, 15 de agosto de 2022.

## Apresentação

Pretendemos neste trabalho discutir questões e problemas relacionados às comunidades remanescentes de quilombo, mas em especial às constatadas e relatadas pela comunidade de Poços do Lunga, no município de Taquarana-AL, como seus problemas socioeconômicos e as suas perspectivas para seu desenvolvimento social.

As comunidades remanescentes de quilombo espalhadas por todo o território brasileiro representam uma parte da memória viva de uma das principais formas de resistência à escravidão no Brasil Colonial. O tráfico de milhões de africanos – angolanos, congolezes, moçambicanos, entre outros – empreendido pelo colonizador português para o trabalho forçado, seguido dos maus tratos desde a captura e a travessia atlântica em tumbeiros, os castigos e todos os tipos de agressão física e de repressão cultural aos seus costumes, suas línguas, suas religiões e seus estilos de vida tão diversos. A vinda dos africanos é um dos fatores mais marcantes de nossa formação, ou melhor, da formação territorial de uma nação pluriétnica. Essas comunidades nos fazem pensar na história negra da escravidão no Brasil, e também nos faz pensar na história geral da nossa formação.

Como consequência da diáspora negra por essas bandas, e em oposição a esse estado de coisas imposto nos séculos de domínio da escravidão, se constrói a resposta dos africanos: a negação da sociedade oficial escravocrata, o fenômeno etnologicamente contra aculturativo do movimento imperativo de resistência pela liberdade, e singular na formação da vida nacional: as sociedades mocambeiras e quilombolas, como escreveu o historiador Dirceu Lindoso referindo-se aos negros alagoanos que fugiram e que lutaram por séculos na busca da liberdade.

A oportunidade de aprofundamento de tema relacionado à questão do mundo negro me reaparece depois da adolescência, desde aquelas discussões do movimento negro, através dos Agentes da Pastoral Negra – APN's, em especial aquelas do Grupo de Consciência Negra do Bom Parto - GCNB: racismo, opressão, resistência, reafirmação dos valores da cultura africana, “estética negra”, entre tantos. Passados quinze anos desta primeira experiência, agora o tema vem acompanhado por outro motivo que me causa bastante incentivo – o de visitar a cidade de origem – Taquarana. Tal tarefa recai no esforço de compreender o mundo negro refletido nas especificidades da realidade e dificuldades enfrentadas por uma comunidade quilombola, representante do microcosmo da diáspora negra pelo mundo.

O objetivo deste estudo de comunidade é conhecer pormenores da pequena Poços do Lunga. Enquanto elemento definidor característico deste tipo de pesquisa pretende apresentar não uma análise aprofundada de um determinado tema, mas sim uma descrição geral de seu contexto sociocultural. Em outras palavras, observar seus problemas mais cruciais e apresentar algumas aplicações práticas para as resoluções de seus problemas de desenvolvimento.

Para o devido suporte aos dados e informações, obtidas através da observação participativa e da pesquisa de campo, utilizamos o respaldo em estudos e pesquisas que tratam do assunto, entre eles: Ramos (1979), Lindoso (2007), Freitas (1936), Fiabani (2005), Arruti (2006) e outras consultas necessárias para a complementação dos estudos na comunidade.

Esta monografia está dividida em três capítulos. O primeiro descreve um pouco do processo de ocupação da região onde se localiza a comunidade que é objeto da pesquisa, ressaltando o tempo do trabalho escravo e sua implicação no surgimento e desenvolvimento dos quilombos em todo o país, e na história da formação da comunidade de Poços do Lunga. O segundo capítulo aborda a

comunidade de Poços do Lunga, suas principais características ecológicas e sociológicas, apresentando também dados da memória local sobre a luta dos antigos escravos e a formação da comunidade. Alguns aspectos dos problemas atuais da comunidade, como infraestrutura e assistência à saúde são tratados também. E no terceiro e conclusivo capítulo apresentamos um comentário do que foi trabalhado nessa monografia e apontamos a esperança que o povo residente no Lunga tem sobre seu futuro.

Mesmo que esse trabalho seja dirigido ao objetivo de formação universitária, deixamos clara a intenção de que ele seja útil também para os próprios moradores da comunidade de Poços do Lunga, em sua luta por dias melhores.



# 1

## Introdução Histórica e Panorâmica ao Lunga

As populações que habitam a área conhecida como Poços do Lunga estão ligadas ao município de Taquarana, zona do Agreste de Alagoas que tem os seus 166 km<sup>2</sup> de extensão limitados pelos municípios de Palmeira dos Índios, Igaci, Coité do Nóia, Limoeiro de Anadia, Anadia, Tanque d'Arca e Belém. Os documentos mais antigos relacionam o povoamento dessa área do atual município alagoano na metade do século XVIII, através de uma fazenda chamada Canabrava, outrora conhecida como Canabrava dos Paes, “dedicada à criação de gado e lavoura de gêneros alimentícios para atender aos tropeiros que se deslocavam do Litoral para o sertão”<sup>1</sup>.

**Figura 1 - Localização da Comunidade**



Fonte: Enciclopédia dos municípios de Alagoas, 2006.

Por isso podemos afirmar se tratar de mais um município surgido da ocupação colonial desta parte do Brasil, e de Alagoas, representando a superação da fase em que o colonizador português tinha permanecido muito voltado para a chamada Zona da Mata, rica em

<sup>1</sup> Cf. Enciclopédia dos Municípios de Alagoas, 2006, p. 284.

recursos naturais e com terras adequadas para explorar a cana-de-açúcar através da mão-de-obra do escravo africano e seus descendentes aqui nascidos. Foi no processo de expansão da colonização que os homens buscaram no interior, que perseguiram novas possibilidades de se tornarem senhores de terras, de fazerem fortuna com gado ou com atividades agrícolas. Nem todos conseguiram, mas apenas uma pequena parte. Os demais foram organizando uma forma de viver nas novas terras do agreste e do sertão alagoano. E foi assim que se definiram o destino da exploração econômica da região de Taquarana e dos homens que ali viveram e reproduziram-se ao longo do tempo: viver do roçado e da criação de animais domésticos, e tendo maiores posses de terras e recursos, também criando e comercializando o gado.

## OCUPAÇÃO DO AGRESTE ALAGOANO

O desbravamento e ocupação do território agrestino de Alagoas, e depois do sertanejo, ocorreu de forma conflituosa e lenta. Uma parte do agreste alagoano é muito parecida em características com a própria zona da mata, com terras mais férteis e maior recurso hídrico. Já outra se assemelha mais ao sertão: seco, com vegetação mais castigada e rasteira, e de recursos hídricos bem mais difíceis. É o caso de Taquarana, conhecida por ter sua água quase toda subterrânea, necessitando buscá-la através de poços ou cavando açudes para a criação de animais e uso na lavoura.

Amparado em comparações com o processo histórico de ocupação do vizinho sertão sergipano, somando-se às poucas fontes documentais disponíveis sobre a questão, é possível deduzir a razão de nesta região diversas comunidades permanecerem invisíveis aos olhos e aos interesses do poder econômico, como se ainda hoje muitas localidades fossem áreas “desabitadas”. A ausência de mata fechada, a vegetação rasteira, e muitas vezes já de caatinga, sempre causaram

a impressão de abandono, de deserto até, fazendo com que pouco se soubesse acerca do modo real de viver de várias comunidades que ali se encontram há muito tempo, há séculos.

Os primeiros núcleos de povoamento em Alagoas foram os de Penedo, ao Sul, no século XVI, nos limites do rio São Francisco, e Porto Calvo ao Norte, na mesma época, no espaço geográfico da então capitania de Pernambuco. Segundo o historiador Dirceu Lindoso, foram dois os modelos históricos de ocupação territorial do atual Estado de Alagoas:

um baseado no pastoreio e na ausência de escravidão, o pene-dence; outro baseado na *plantation* açucareira com a presença da escravidão negro africana, o porto-calvense. Um, o pene-dence, com tacs democráticos em sua organização social de fraca estruturação; outro, o porto-calvense, com forte e perversa estruturação social com a ausência de elementos democráticos. O boi sendo um elemento de democracia pastoril. A cana de açúcar sendo um elemento de autoritarismo agrário. A atuação desses dois modelos de colonização, um se expandindo em direção ao sertão e outro se expandindo em direção da zona das matas (LINDOSO, 2000, p. 43).

O modelo histórico de ocupação representado economicamente pela cana-de-açúcar de “forte e perversa estruturação social” foi o que teve um impacto primordial para os indivíduos africanos trazidos como escravos, sendo um dos primeiros fatores históricos responsáveis diretamente pela formação da comunidade quilombola Poços do Lunga e várias outras, ou seja, a implementação da base equacional do sistema explorador colonial de captura/escravidão/repressão e maus tratos refletindo na resultante das fugas/quilombo/liberdade. Os remanescentes de quilombo dos Poços do Lunga sobreviveram a esse perverso modelo coagido pelo avassalador processo em que

a cana apossava-se das terras, conquistando as várzeas de massapé, as grotas de barro vermelho e os tabuleiros, destruíram as matas, afugentando os animais e permitindo que outras culturas se desenvolvessem somente nas áreas em que ela não podia chegar (LIRA, 2007, p. 59).

Quando o autor fala acima em outras culturas, evidentemente se refere às culturas agrícolas, mas que poderiam ser transportadas ao entendimento também de culturas humanas, pois é nesse contexto histórico de ocupação e expansão das fronteiras agrícolas, nas margens e num desses interstícios entre a cana e o gado que se estabelece e resiste até os dias atuais à comunidade Poços do Lunga, na região do rio Lunga.

Por motivos de deslocamentos constantes da população, esse é o modelo que na época mais recente causou menos impacto direto na vida da comunidade escondida, justamente por ser uma terra onde “só vai quem tem negócio”: péssimas estradas, terreno desnivelado, de difícil acesso, só conquistado pelo gado “pé duro”.

Já o modelo de ocupação territorial implementado pela empresa colonial “de fraca estruturação social”, representado simbolicamente pelo gado, foi o modelo que mais recentemente influenciou as transformações mais drástica na ecologia local, a que de forma lenta e gradual acabou por devastar as últimas matas da comunidade na década de 1980, que expropriou terras de uso coletivo e expulsou os moradores antigos de suas “cozinhas”. Foi o modelo que ocupou as terras onde seus antigos ancestrais preparavam “o pão de milho” nos pilões para macerar o milho, e os “caldeirões” rústicos, para conservar água, encravados no lajedo. Foi o modelo em que expulsou da beira do rio os que armavam suas armadilhas com galhos de catingueira para pescarem nos diversos “poços” da região. São estes vestígios do passado, localizados pela memória do grupo através de suas narrativas, que se apresentam como vestígios do passado quilombola do grupo. Segundo Arruti, a formação dessas comunidades tradicionais segue características onde a terra é:

marcada pelo uso comum, é submetida a uma série de variações locais que ganham denominações específicas, segundo as diferentes formas de auto-representação e autonomação do segmento camponês, tais como Terras de Santo, Terras de Índio, Terras de Parentes, Terras de Irmandade, Terras de

Herança e finalmente Terras de Preto. (...) Tais domínios teriam origens muitos diferentes, como nas concessões feitas pelo Estado em retribuição a prestação de serviços guerreiros; nas situações em que os descendentes diretos de grandes proprietários, sem o seu antigo poder de coerção, permitiram a permanência das famílias de antigos escravos (e as formas e regras de uso comum por meio de aforamentos de valor simbólico, como forma de não abrir mão do seu direito de propriedade formal sobre elas (ARRUI, 2005, p. 87).

A região com ocupação histórica pelo povo do Lunga, em Taquarana, é uma região que compreende os povoados adjacentes ao Rio Lunga: Poço da Pedra, Lagoa do Mocambo, Canudos Velhos, Passagem do Vigário, Poços do Lunga e Mameluco<sup>2</sup>. Desceram a serra pelo vale da Borborema seguindo o rio, fixando exatamente no sertão a localização central entre estes dois modelos agrícolas de colonização. Resultando em uma ocupação oficial e ameaça à comunidade, apenas no final do século XIX, por currais e fazendas de gado, em terras doadas para sesmarias e de herdeiros destes no noroeste da antiga vila de Anadia. Esse processo de ocupação oficial caracteriza um tardio reconhecimento de uma população camponesa anterior ao modelo agrícola que cerceou a muitos o direito à terra, delimitando as frentes e os quintais na atual configuração da paisagem em Poços do Lunga através do uso da cerca para pasto.

O ano de 1850 é marcado pela instituição da Lei de Terras, que veio para regularizar o uso das terras. É marcado também pelo avanço das fazendas de gado descendo o rio São Francisco. Do lado do sertão sergipano, é constatado um aumento de 40% no número de proprietários de fazendas de gado nesse período, e entre as décadas de 1850 e 1870 o aparecimento e generalização das cercas é uma realidade (ARRUTI, 2006:186).

2 Passagem do Vigário, Poços do Lunga e Mameluco são comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, respectivamente em 19/11/2009, 07/06/2006 e 13/12/2006.

Apesar do aumento de proprietários fazendeiros neste período, a ocupação total do sertão ainda ia demorar até meados de 1930. Em Alagoas, esse desejo de colonização também era “preocupante” por parte das autoridades. Sobre isso, veja-se nota escrita por Moreno Brandão em 1917 para o Centenário da Emancipação de Alagoas:

A lei n. 298, de 5 de Maio de 1855, autorizou o presidente da Província a contractar, com uma ou mais pessoas nacionaes ou estrangeiras por espaço de 15 a 20 annos, a emigração annual de cem colonos, podendo prestar á empreza, para este fim, até a quantia de oito contos de reis annuaes, alem de quaisquer outros auxílios que julgar conducentes e se conciliarem com os interesses da província.

Assinalo essa primeira tentativa de colonização nas nossas terras como uma aspiração nunca realizada, apesar das grandes vantagens que traria ao nosso progresso. Outras foram feitas e começadas a executar, como a colônia Leopoldina e a do Porto Real do Collegio, sem resultado algum por causas que não sei apreciar nem posso assignalar. Certo é que a colonização tem sido entre nós impossível até agora e creio que nunca será realisada (BRANDÃO, 2004, p. 276).

Estes dados nos dão uma ideia de quanto foi lenta e conflituosa para a colônia a ocupação do sertão alagoano, possibilitando assim a sobrevivência de grupos humanos, indígenas e quilombolas, alheios à ordem colonizadora. Segundo Little, a defesa e permanência desses grupos no território devem-se aos “vínculos afetivos” e a vários processos como a resistência, a acomodação, a apropriação e o consentimento:

A sobrevivência desses territórios durante séculos deve-se, em parte, à estratégia da invisibilidade, tanto simbólica quanto social. (...) Vinculado à invisibilidade é o fato da marginalidade econômica dos distintos grupos sociais e sua localização em áreas intersticiais dos centros econômicos. Dado os bruscos fluxos no interesse do mercado capitalista por diversos recursos naturais e mercadorias, as terras que não estão mais na mira das forças econômicas hegemônicas de uma época, podem ser salvas da cobiça pelos seus recursos, mesmo se antes estivessem no epicentro de interesse (LITTLE, 2002).

O historiador Dirceu Lindoso afirma que os quilombos surgiram, no caso nordestino, a partir das fugas das *plantations* açucareiras (latifúndio, monocultura, exportação) refugiando-se nas matas, “onde esses negros escravos fugitivos também recebiam como companheiros índios desaldeados e brancos pobres e mestiços” (Cf. Lindoso, 2007). Onde a proteção do mato fechado representa simbolicamente o elemento um refúgio importante como elemento inicial de formação dessas populações negras. E o mocambo, a palhoça, sua moradia e habitação, o elemento inicial de de estabelecimento e resistência afora seu relativo isolamento.

Conforme Oliveira Jr. (2005:371), para a formação da maioria desses quilombos tiveram, em suas origens, que se estabelecer em refúgios, em trechos de terras inóspitos, por vezes impróprios para a agricultura. Além de não possuírem soberania sobre esses territórios, sujeitos “à intrusão de um capitão-do-mato” ou de tenentes-fazendeiros, vivem assombrados pelo estigma da perseguição; tendo que resistir de todas as maneiras, inclusive se acomodando, tornando-se invisíveis nas proximidades de grandes fazendas.

Devido ao estatuto de ilegalidade e marginalidade imposta pelo Reino de Portugal, as fugas e a formação de quilombos estavam em constante estado de alerta e perseguição, ocasionado deslocamentos para áreas mais distantes. É provável que esses quilombolas do Lunga tenham habitado inicialmente a serra, aproximadamente há 30 km, em terras mais propícias à agricultura, nascentes de água e clima mais amenos, diferente das terras ocupadas hoje por seus remanescentes. Esses ajuntamentos eram compostos em sua grande maioria por escravos fugidos dos maus tratos e do trabalho forçado nos eitos dos engenhos de cana. Entre esses, Manuel Diégues, descreve no livro *O Banguê nas Alagoas*, o quilombo da serra de Tanque D’arca, distante 8 km da serra dos Bangas e do Quilombo Lunga. Estando “dentro das raias de influência dos Palmares”, por ter sofrido, também, perseguições já em 1685. Tendo o invasor, Antonio Pinto Pereira, alegado em

uma de suas incursões ter passado “muitas fome e sedes, por serem os mattos muito agreste e secos”.

Colaborando com essa tese, Mário Marroquim, em sua obra *A Língua do Nordeste* o autor descreve que quando libertos da condição social do engenho e “o anseio de libertação os ajuntou a república dos palmares,” fez a toponímia falar na língua negra. Então nasceram o “Lunga, serra ao noroeste de Anadia, e riacho que nasce na mesma serra, desaguando na margem esquerda do rio Coruripe”, e “Banga nome do monte em que estava o quilombo, último reduto dos negros e onde os combatia, em 1692, Domingos Jorge Velho”. Traçando uma linha reta no mapa e nos períodos em que houveram as invasões a esses antigos quilombos, de Tanque D’arca em 1685 e na serra dos Bangas em 1692, podemos deduzir que o conjunto das populações quilombolas, ora estabelecidos na região do rio Lunga, tenha sobrevivido a esses períodos de guerras e posteriormente as instalações de currais, fazendas e cercas tendo sobrevividos neste território as pequenas povoações do Mameluco, Passagem do Vigário e Poços do Lunga no município de Taquarana; Serra dos Banga no município de Belém; e Serra Verde no município de Igaci.

Desceram a serra pelo vale da Borborema seguindo o rio, fixando exatamente no sertão a localização central entre estes dois modelos agrícolas de colonização, resultando em uma ocupação oficial e ameaça à comunidade, também no final do século XIX, por currais e fazendas de gado, em terras doadas para sesmarias e de herdeiros destes no noroeste da antiga vila de Anadia. Esse processo de ocupação oficial caracteriza um tardio reconhecimento de uma população camponesa anterior ao modelo agrícola que cerceou a muitos o direito à terra.

Segundo Ribeiro (2007), citando o livro *História de Anadia* do professor Cícero Rafael, houve o início de ocupação do agreste alagoano a partir de 1800 com a doação de terras pelo Reino de Portugal, de “preferência a portugueses, que a exploravam, vendiam-nas

ou subdividiam com seus inúmeros herdeiros. Dessa maneira, a comunidade foi-se firmando com suas médias fazendas de gado” num vagaroso crescimento que aportou pelas bandas do atual território de Taquarana, entre as décadas de 1830 e 1840, com a instalação de um curral pela família Correia Paes. Daí a segunda denominação do município para Cana-brava dos Paes.

Ainda segundo o mesmo autor, o historiador descreve a formação de Anadia também a partir da existência na região do rio Lunga de pequeno aldeamento indígena Xucurus à margem desse rio, nos limites geográficos dos atuais municípios de Taquarana e Igaci, abrangendo as comunidades de Poços do Lunga, Poço da Pedra e Passagem do Vigário. Ainda hoje, se percebe sobrevivências dessas atividades artesanais no fabrico com taboca, palha de ouricuri, cipó e a confecção de cerâmica utilitária com massapê. Já a contribuição fisiológica indígena é marcadamente visível, observada principalmente no fenótipo e no sotaque singular de alguns moradores da comunidade Cruzes, ribeirinhos do rio homônimo. (RIBEIRO, 2007:22-28, 43-44).

A contribuição do elemento nativo indígena, sua adaptação aos recursos naturais, suas “entradas” ou trilhas e caminhos, suas técnicas de pescas, a produção e sobrevivência rústica a partir dos meios e materiais disponíveis foram reaproveitados pelo elemento negro, e serviram para a constituição da população quilombola da região. De fato, ocorre que “as vias de intercâmbio entre índios e negros é tão evidente que, ainda hoje, em comunidades remanescentes dos antigos quilombos, não sabemos onde termina o quilombo e onde começa a aldeia” (MOREIRA, 2005, p. 14).

A interação entre remanescentes indígenas e negros para a formação quilombola da região é comprovada também, através de escavações arqueológicas citadas por Dirceu Lindoso (2007:27) sobre a influência dos índios da precedência “para se conhecer a realidade pré-quilombola dos Palmares” é reforçada pela existência da

“cozinha”, sítio arqueológico com seus caldeirões construídos a fogo no lajedo do riacho das Lagoas, e que reforçaria uma história da tradição oral na vizinha comunidade remanescente de quilombo Mameluco, em afirmar a existência de um antigo cemitério indígena na comunidade.

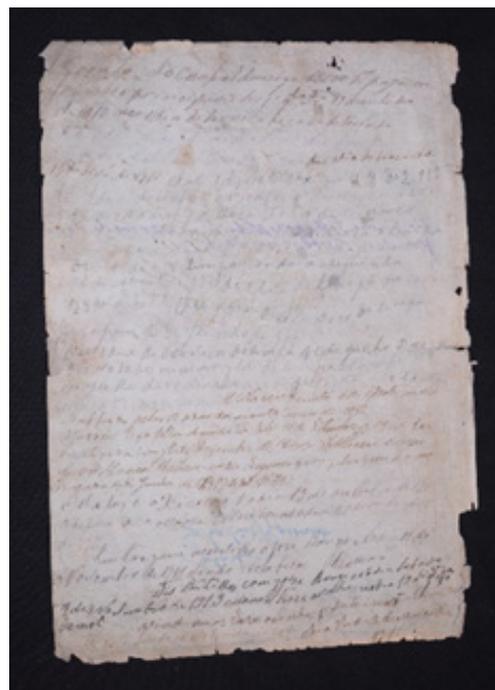
Já outros relatos narrados por seus moradores mais antigos, ainda vivos e residentes na comunidade, fazem referência às influências dos coronéis, à chegada das fazendas de gado, das plantações de algodão, do casamento da filha do tenente Francisco Romão com o “escravo” Zé Dionísio, terras de santo, sobrevivências e consentimento em permanecer nas terras da fazenda onde se localizava a antiga “senzala de negô”. Tais fatos e narrativas expressam a etnogênese baseada num grupo de referência em que se tem como figuras principais: Zé Dionísio, Pai Mangureira, Jacinto, Zé Lúcio, Toré, Domingo, Jorge, Banga, Febrônio e suas famílias.

O Tenente Francisco Romão é o principal elemento expropriador de suas terras, localizado segundo seus próprios relatos. É o elemento que vai gerar os primeiros conflitos com o grupo de referência. Em entrevista realizada em 2008 com seu bisneto, o quilombola Sebastião Romão Sobrinho, ou simplesmente, Basto Pedro, ouvi-lo falar sobre a existência de um “livro veio” que descrevia acontecimentos realizados na fazenda do aludido Tenente. O referido livro estava sobre a guarda de D. Quitéria e seu Paulo, também descendente dos Romão, moradora do quilombo Serra Verde do outro lado do rio Lunga, pertencente ao município de Igaci. Levamos para Ufal/Palmeira dos Índios, que efetuou uma limpeza, organização e fotografia dos seus fragmentos (23 páginas). Sem condições de efetuarmos as demais etapas para a recuperação/encadernação e o devido arquivamento, devolvemos à guardiã. Que pese o desinteresse dos órgãos públicos, inclusive como documento histórico do município de Igaci, e seu condicionamento indevido. Optamos pela devolução à comunidade, acreditando que não venha a ter o destino de outras relíquias e artefatos da região como

os achados da Serra dos Bangas (moedas do tempo do Império e um bacamarte), as ruínas da senzala, nem da pequena escultura talhada em madeira da figura de São Sebastião.

No princípio, o livro, dado sua importância, foi utilizado e guardado pelo tenente e seus filhos no interior da casa grande, com a decadência da fazenda e destruição desta edificação, passou a ser guardado na capelinha de São Sebastião de frente as ruínas da casa, nas margens do rio Lunga. Com o abandono da capelinha, sua última guardiã e herdeira dos Romão, ainda residente no local, o conservou em sua casa, construída ao lado das ruínas da antiga casa grande.

**Figura 2 - Livro da Fazenda Serra Verde**



Fonte: autor, 2010.

Nele, foram feitos variados registros de cunho religioso como casamentos, nascimentos, batizados, falecimentos de pessoas daquela região, mais despesas e ofertas para manutenção da capelinha, com anotações e referências desde o ano de 1842. Traz também informações sobre as transações e o intercâmbio comercial com outros pequenos produtores e fazendeiros de localidades vizinhas como a de Lagoa da Pedra e do Canudos Velhos. Com anotações de partilhas, empréstimos e seus pagamentos a juros, com compras e vendas de potros, vacas e porcos até o ano de 1915. Entre essas, há outras anotações e rabiscos desimportantes feitos mais recentemente de caneta bic.

Entre essas anotações de falecimentos consta a do próprio tenente Francisco Romão, feita por seu Filho, Manoel Romão da Silva em 19 de março de 1917. Falecido aos 84 anos de idade, “foi sipultado aqui mesmo no cemitério delle”.

Na “Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Resenceados no Estado de Alagôas” de 1920, A Fazenda Serra Verde consta em nome de José Marques Corrêa, até os limites da localidade de Canudos Velho, de propriedade de Antonio Corrêa de Araujo, do Sítio Passagem do Vigário em nome de Francisco Felipe, e dos Poços do Lunga (onde se localizava a senzala) de propriedade de José Tobias (avô do quilombola Basto Pio, morando atualmente no Mameluco com sua bodeguinha). Essas propriedades foram identificadas como sendo do município de Limoeiro, atualmente pertencentes a Taquarana, por tanto do lado de cá do rio Lunga.

As terras de domínio da Fazenda como propriedade do tenente do outro lado rio (onde ficava a casa grande) pertenciam, no ano do censo, ao município de Palmeira dos Índios (hoje pertencente a Igaci). Nessa localidade denominada, também, de Serra Verde aparecem o nome de quatro proprietários com estabelecimentos rurais, entre esses, seu filho, Manoel Romão da Silva, que escreveu e assinou vários

acontecimentos constantes no livro da fazenda. Dionísio José de Araújo, o Zé Dionísio, avô de Basto Pedro que casou com a filha do tenente. José da Silva Banga, também figura no referido livro, contraindo empréstimos, comprando e vendendo animais da fazenda Serra Verde. E de Manoel Jeremias do Espírito Santo, avô de Tonha do Espírito Santo, liderança contemporânea do Quilombo Lunga.

Diante dessas informações e de outras, como as ruínas da pequena “casa grande”, das ruínas da capelinha de São Sebastião e da senzala, e das oralizadas pelos atuais moradores, dar-se conta que se tratava de uma pequena propriedade rural que cultivava gados nas terras da Serra Verde, onde ficava a sede da fazenda, as margens do rio Lunga, e na outra margem onde se podia ver e vigiar “os negô da Volta”, ficava a senzala. Onde eram feitas as pequenas roças e criação de porcos para subsistência da propriedade. Dos Poços do Lunga indo em direção a Passagem do Vigário e a Chã do Saco, com suas terras mais planas e aráveis á carro de boi onde foram empregadas para o cultivo do algodão.

Orna com esse registro documental sobre o tenente, a rica tradição oral com as histórias contadas pelos moradores mais antigos como o senhor Elmiro, entre outros que, por sua vez, foram contadas a seu pai, por seu avô Jorge que dá conta deste personagem e sua personalidade típica da crueldade dos senhores de escravizados e coronéis para com seus subordinados e trabalhadores. Seu bisneto, o Senhor Basto Pedro não compartilha do histórico de “ruindades” contadas por Elmiro, mas relata uma história interessante: certo dia, seu bisavô se vê obrigado a ir a cavalo até Maceió, intimado pelo “Juiz do Governo Provincial” para esclarecer denúncia de que estaria utilizando trabalhadores escravizados em suas terras, o que seria ilegal, já que “fazia mais de ano que a escravidão de negô acabô”.

Por estes testemunhos e documentos podemos deduzir que o tenente Romão tenha instalado sua fazenda de gado em meados de

1860, que é também o período compreendido pelo aumento do número de proprietários de fazendas de gado e o aparecimento e generalização das cercas e currais. Tenha consentido a permanência dos antigos moradores recuados na povoação da Volta, longe de seus antigos “pilões e caldeirões” até sua morte, tendo a relação com os posseiros abrandada pelos herdeiros e pelo casamento de sua filha com o quilombola Zé Dionísio Banga.

Como vimos, a comunidade Poços do Lunga sobreviveu por séculos invisível em seu relativo isolamento nos interstícios das fronteiras agrícolas, entre a cana e o gado, cujo segundo elemento foi predominante para a configuração do atual município de Taquarana. Instalada na região de influência dos Quilombos dos Palmares, serão os termos ligados ao gado e aos africanismos que irão concorrer com outras denominações genéricas para definir a atual toponímia do município.

Figura 3 - Nomeação de localidades em Taquarana - AL

<b>Africanismos</b>	<b>Fazendas de Gado</b>
Cabuta	Boca da Mata
Carrasco	Cancelas
Fojo	Fazenda dos Nóias
Lagoa do Coxo	Gado Bravo
Mameluco	Lagoa da vaca
Mocambo	Lagoa do Coxo
Mutamba	Lagoa Grande
Pai João	Olho D'água dos Freires
Poços de Lunga	Olho D'água do Luiz Carlos
Serra dos Bangas	Porteiras

Fonte: autor, 2009.

## O MUNICÍPIO E A COMUNIDADE DO LUNGA

A comunidade do Lunga é pertencente ao atual município de Taquarana, criado em 1962, e surgido de um povoamento que apenas em 1938 foi elevado à condição de vila<sup>3</sup>. Atualmente, o município tem uma população de cerca de 18.157 habitantes, com uma densidade de 109,37 habitantes por km<sup>2</sup>. Trata-se de uma população de predominância rural, em torno de 12.675 hab., contra apenas 4.371 residentes na Sede municipal. Segundo o censo de 2000, Taquarana ainda tem um índice de urbanização em torno de 47,70% e uma taxa anual de crescimento de -0,01%. Originado do tupi “ta'kwara”, o nome do lugar quer dizer cana brava, uma planta assemelhada a um bambu e oca por dentro. Possui 166 km<sup>2</sup> e localiza-se a uma distância de 112 km de Maceió. À Sede chega-se pelas rodovias BR-316, AL-110, AL-220 e BR-101. Os rios principais que cruzam Taquarana são o Coruripe e o Jequiá. Entre outras características físicas e geográficas, Taquarana possui três importantes Serras: Verde, Brejo e Cruzes. Tem temperaturas médias de 21°C no inverno e 26° C no verão, com precipitação entre 750mm a 850mm durante todo o ano, com “clima classificado como megatérmico sub-úmido seco, com deficiência hídrica no verão e pequeno excesso no inverno”<sup>4</sup>.

No contexto geral dos municípios de Alagoas, ou do Brasil, Taquarana fica em posição bastante humilde. Contudo, possui sua evolução gradual nesta etapa do Brasil em que a economia melhorou e houve uma maior distribuição de renda ou assistência social, com pequenos avanços e conquistas no padrão geral de vida. Com respeito ao IDH, saltou de um total de 0,447 em 1990 para 0,583 em

3 As informações seguintes sobre este município foram obtidas na Enciclopédia dos Municípios de Alagoas, obra publicada pelas Organizações Arnon de Melo em 2006.

4 Cf. Enciclopédia dos Municípios de Alagoas, p. 285.

2000. A renda cresceu, no mesmo período, de 0,428 para 0,465. A longevidade de 0,525 para 0,669; a educação de 0,389 para 0,613. No *ranking* nacional do IDH, Taquarana ocupa a 4.931<sup>a</sup> posição; e em Alagoas é o 46<sup>o</sup> município<sup>5</sup>.

O município tem sua localização no limite da Zona da Mata e do Agreste, e essa característica ora aparece no clima, ora na vegetação, mas também no tipo de trabalho predominante, a pequena produção agrícola e a criação do gado, além da composição étnica da população, mestiça e com grande presença de afrodescendentes que caracteriza a zona rural alagoana. Também possui vários dos problemas típicos das populações do meio rural nordestino, como revela o exemplo da educação: 30,3% (cerca de 3.630 habitantes) têm o primeiro grau; 8,3% (991 indivíduos) possuem o 2<sup>o</sup> e a maioria, cerca de 60,9% (7.291 habitantes), são sem instrução. Este quadro se reflete na comunidade de Poços do Lunga, isolada dos principais serviços oferecidos pelo município. Quanto à religiosidade, o censo de 2000 revelou que 14.823 habitantes se disseram católicos, 530 evangélicos e 1.622 disseram vincular-se a outras religiões.

Não somente por se tratar de comunidade rural, a comunidade do Lunga é deficitária nesses serviços da vida moderna. Por serem remanescentes de populações com passado escravocrata, talvez nunca encontraram condições favoráveis ao desenvolvimento social, pois sua marginalidade se estendeu depois do fim da escravidão, com a permanência do racismo, do preconceito de cor, da origem marcada pela baixa estima na população cujos antepassados mais diretos jamais conheceram a liberdade. Ou seja, se o município de Taquarana enfrenta a dura condição de cidade pobre e isolada dos melhores serviços que a modernidade disponibiliza aos brasileiros e alagoanos, a comunidade rural e quilombola do Lunga possui todos esses problemas e mais os outros que são específicos da sua história particular que é a do povo negro.

5 Idem, *ibidem*.

Figura 4 - Panorama da área de Poços do Lunga. Ao fundo, as Serra de Palmeira dos Índios e início do Planalto da Borborema



Fonte: autor, 2007.

Poços do Lunga ainda sofre cotidianamente do racismo estrutural, obra da expansão marítima europeia, do desenvolvimento da economia mercantil, fortalecimento da burguesia e da formação do perverso sistema de exploração capitalista, que utilizou-se aqui, da alma de 5 milhões de escravizados pelo tráfico. Foi o país que recebeu o maior contingente nesse macabro comércio global. Hoje, o quilombo luta contra essa chaga da formação social brasileira, se organizando coletivamente, e aos poucos, enfrenta a permanência do racismo, do preconceito de cor, de classe.

Vivas a esse enfretamento e resistência que colabora com a luta do povo negro, e em particular, das comunidades quilombolas da região do rio Lunga, populações [JSdSS1] cujos antepassados mais diretos jamais conheceram a liberdade em terras do Novo Mundo.

A breve pesquisa sobre a denominação histórica Poços do Lunga é valiosíssima para a compreensão das influências africanas na formação desta comunidade negra e rural. Poços é uma referência aos poços que ficam mais visíveis nos períodos de estiagem, formados naturalmente pelas partes mais profundas do rio. Esses poços amarrados de galhos e garranchos, principalmente de catingueira, formam esteiras armadas que servem de armadilha aos peixes, formando uma espécie de rede rústica. São vários os poços nesta região do Lunga: da Roqueira, da Lança, da Pedra Torta, do Zé do Goro, do Papa Ouro, do Rapa Couro, do Coinhem, do Salgado (Laro) e o da Volta. São o conjunto de Poços que formam os Poços do Lunga.

O segundo termo: Lunga. Os moradores da comunidade não sabem precisar o significado da palavra. À primeira vista, parece designar nome próprio de algum personagem. Há uma tendência natural de denominar certos espaços com o nome de pessoas que lhe são donos, habitam ou que tiveram algum fato relacionado ao local. Seguindo esse raciocínio, muito provavelmente Lunga tenha sido morador dos poços, a exemplo do barreiro do Gonzaga, mata do Basto e poço do Laro.

Lunga é uma palavra incomum à nossa língua, e quando ocorre é relacionada a um personagem masculino de anedotas, o “seu Lunga”<sup>6</sup>. O fato dos moradores mais antigos da comunidade terem perdido essa referência demonstra o quanto esta palavra singular origina-se de um período distante, que nem a tradição oral conseguiu preservar. Então, foi distanciando-se no espaço e no tempo que conseguimos encontrar seu significado atual e suas origens. Atualmente, Lunga é o nome utilizado para designar divisão administrativa em certas regiões na área central da África: Angola, Moçambique, República Democrática do Congo, Sudão, Tanzânia e Zâmbia.

6 Seu Lunga é um personagem real, morador do Ceará e conhecido por sua personalidade ranzinza, do qual se originam as anedotas conhecidas em todo o Nordeste. Isso nada tem a ver com a comunidade aqui estudada.

A lunga como fenômeno histórico está relacionado com a etno-gênese de vários desses povos, como nos conta Costa e Silva (apud DANTAS, 1988:1<sup>7</sup>):

Segundo a lenda, o herói civilizador ambundo, Angola Inene, teria trazido de terras do nordeste ou, conforme outras versões, do mar, as Lungas (ou malunga, que é plural em quimbundo da palavra). Esta última origem seria o resultado de interpolação europeia, do traduzir equivocado de Calunga, 'as grandes águas', por oceano Atlântico, e contrasta com o papel agrário da escultura de madeira, ligada aos ritos de chamar a chuva e da fertilidade. As 'grandes águas' podem ter sido um dos afluentes do Zaire ou qualquer outro lago ou rio.

Ainda segundo o autor, a calunga teria se tornado, a partir de meados do século XIII, "fonte de poder político e de uma organização social fundada na terra, num sítio preciso, e não apenas na estrutura de parentesco" (COSTA e SILVA, apud DANTAS, 1988:1); tornando-se símbolo de poder e de estruturação social.

**Figura 5 - Estatuetas representando o herói cultural e caçador legendário Chibinda Ilunga, antepassado de todos os chefes Lunda**



Fonte: <http://www.culturalunda-tchokwe.com>, 2009.

7 Em que pese a referência bibliográfica da obra de Leonardo Silva Dantas aparecer (vide bibliografia) em sua datação correta de 1988, a página citada nas citações desta monografia obedece à forma do texto em sua versão digital capturada em [www.fundaj.gov.br/docs/text/carnav01.html](http://www.fundaj.gov.br/docs/text/carnav01.html).

Os mais diversos povos e regiões da África Central, Ambudas, Congos, Lubas, Lundas, Quiocos, Quitones, Baixo Lui, Lago Maláuu, ente outros, tiveram entre seus ancestrais, heróis civilizadores e fundadores de reinos um Lunga:

Cada lunga vivia num determinado curso d'água. E era guardada por uma linhagem, cujo chefe conhecia o segredo da comunicação com as forças espirituais que a boneca continha. Essa linhagem sobrepunha-se às demais e seu cabeça possuía autoridade territorial sobre toda a área banhada pelo riacho ou pedaço de rio onde morava a lunga. Era ele quem alocava as terras a novas famílias que para ali quisessem mudar-se e, paulatinamente, senhor das chuvas e da fertilidade da terra, passou a receber tributos e a concentrar riqueza e poder. Estabeleceu-se também uma hierarquia entre os vários guardiães de calungas: o custódio da estatueta do rio principal era mais importante do que o dos riachos tributários, a graduação da autoridade fazendo-se conforme a hidrografia (COSTA e SILVA, apud DANTAS, p. 1, 1988).

São diversas etnias que formaram o chamado povo Banto, que de acordo com autores como Abelardo Duarte, Arthur Ramos, Alfredo Brandão, Dirceu Lindoso, entre outros, os que mais influenciaram nossa cultura. Bruno Cavalcanti ressalta em seu artigo "As bantas coisas de Alagoas", a existência estrutural dessa África entre nós, "com seus valores morais, espirituais, religiosos, estéticos, sociais e políticos, técnicas corporais, tecnologias agrícolas, comportamentos coletivos associativistas, modelos de organização familiar e outros". No que podemos concluir, segundo o autor, que esses africanos e sua forte tradição oral estabelecidos em terras alagoanas não só foram contribuintes profundos para nossa formação, mas sim, presentes e constituintes da cultura brasileira.

Trazidos de vários lugares de África, também aprisionados por outras tribos, para trocarem esses indivíduos por especiarias tais como a cachaça, açúcar, fumo, armas, pólvora e tecidos com

os portugueses, foram transportados em tumbeiros em condições desumanas e inaceitáveis para os dias de hoje, dando segmento ao seu suplício desse comércio de gente com a escravização à base do chicote, trazidos para as bandas de Alagoas, resistiram e lutaram por liberdade, formaram novos povos do Lunga no Novo Mundo, lideraram os quilombos dos Palmares, marcaram e contribuíram expressivamente com a nossa formação cultural.

Transportados em tumbeiros em condições desumanas e inaceitáveis, dando segmento a seu suplício com a escravização à base do chicote. Trazidos também para as bandas de Alagoas, resistiram e lutaram por liberdade, formaram novos povos do lunga no Novo Mundo, lideraram os quilombos dos Palmares, marcaram e contribuíram expressivamente com a nossa formação cultural.

O significado da palavra lunga no dicionário Lunda-tchokwe (Bastin, 1999) é homem, e o seu plural é Malunga, para significar homens. Esta etnia tem a sua etnogênese, sua origem e formação cultural simbolizada na figura de Chibinda Ilunga, seu herói civilizador representado por diversas estatuetas de madeira (Cf. Bastin, 1999). O Império Lunda, o reino do Congo e o império de Monomotapa, eram os três grandes reinos (ou impérios) da antiga Angola e que dominavam toda a África Equatorial e Austral na época de sua descoberta e exploração pelos portugueses. É importante um pouco de descrição sobre a etnia Lunda de língua thokwe/quioco, por ser um povo, que está, não apenas, na origem dos povos em África, segundo Munanga (1996) e Lopes, Siqueira e Nascimento (1987), mas também nas origens dos quilombos em África, enquanto organização de sociedades de homens guerreiros junto aos Jagas, podendo inferir também a influência organizacional na constituição destes povos nos Quilombos dos Palmares.

Voltando ao presente, não podemos afirmar a existência de nenhum herói lunga na constituição ou domínio desta região, seja da Serra do Lunga ou do Rio Lunga, nem a existência de culto à calunga

como instituição de poder territorial, entretanto é evidente o resquício deste fenômeno cultural em expressões folclóricas encontradas também nas populações negras das Alagoas: maracatu, taieiras, quilombo, bumba-meu-boi e reisado onde, em algumas dessas brincadeiras, às vezes os brincantes denominados catirina, com seus corpos pintados de preto, desfilam com uma pequena boneca preta, a calunga. No que diz respeito à cidade de Taquarana, segundo a Enciclopédia dos Municípios de Alagoas (2006), as principais manifestações folclóricas são o Pastoril e a Zabumba.

Outros aspectos históricos e culturais da influência desses povos na comunidade Poços do Lunga podem ser encontradas, baseando-se no artigo de Rachel Rocha, “O lugar social das palavras africanas no português do Brasil”, ou seja, onde ficou marcado a influência da “presença africana”, mais especificamente no “falar alagoano”. Segundo a autora, é “preferencialmente no campo da fala e não naquele da escrita” no seu “caráter informal que a regem” (Rocha, 2006:9-13) que essas referências aparecem em palavras que denominam excrementos, depreciativos, genitália, sexualidade, relações de respeito, gastronomia etc. Como exemplos ficaremos com os apelidos, como designação especial de alguns moradores da comunidade; ao invés do nome oficial, a comunidade utiliza carinhosamente codinomes com palavras de influência das línguas do grupo banto. Então, Antônio, João, Pedro, Francisco, Salustiano, transformam-se em seus cotidianos em: Canzenzo, Pimba, Pirão, Quiba, Zumba, Truinca etc. Outra importante influência são os nomes toponímicos de alguns povoados de Taquarana: Cambuta, Carrasco, Lunga, Mocambo, Mutamba, Taboca e Volta.



2

Os Poços  
do Lunga:  
aspectos da vida  
na comunidade

## A COMUNIDADE: SUAS CARACTERÍSTICAS, ALGUNS DE SEUS PROBLEMAS E PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES.

Poços do Lunga é uma comunidade negra rural formada por quilombolas, constituída pelas povoações do Sítio Volta, Sítio Novo, Chã do Saco e Serrote, localizada numa área de difícil acesso, em região de fronteiras administrativas e geográficas dos municípios de Taquarana, Coité do Nóia, Igaci, Palmeira dos Índios e Belém, municípios situados a oeste, na parte central do Estado de Alagoas e a 135 quilômetros da capital Maceió. O acesso aos Poços do Lunga pode ser feito através da rodovia pavimentada BR-316, entrando na altura do povoado taquaranense de Lagoa da Pedra, seguindo a estrada de barro passando pela Lagoa do Mocambo. Outro acesso é através da AL-110 pela cidade de Taquarana, percorrendo povoados em direção ao distrito de Lagoa Grande, passando pelo sítio Mameluco. Possui uma área de aproximadamente 5km<sup>2</sup> do semi-árido nordestino com vegetação característica de caatinga. Seus principais acidentes geográficos são os rios Lunga, limítrofe dos municípios citados, afluente do Vale do Coruripe e nascedouro na Serra do Lunga, o riacho do Alegre e o riacho Alagoano que percorrem dentro da comunidade, ambos temporários, e tendo o Serrote como ponto mais alto da área da comunidade.

Logo de início, vale ressaltar que as famílias aqui estudadas referem-se às que compartilham de um mesmo contexto, com vínculos territorial e histórico, parentesco social generalizado e homogeneidade racial, residentes em sua grande maioria no atual município de Taquarana. Suponhamos também que seja o mesmo contexto e contingente semelhante de famílias observadas, estudadas e catalogadas pelo Governo Federal através da Fundação Cultural Palmares, com o objetivo de certificá-las enquanto comunidades remanescentes de quilombos. Tal atitude visa evitar, aqui, problemas em delimitar minimamente nomes

de espaços geográficos e político-administrativos. Divergência que aparece entre os próprios moradores. Por se tratar de uma pequena região, com diversas fronteiras municipais, também é motivo de divergências, burocracia e litígio entre poderes municipais, desorganização e falta de efetivação de políticas públicas para uma população carente de quase tudo. Sem falar nas políticas públicas objetivadas pelo Governo Federal e específicas para essas comunidades afro-brasileiras.

**Figura 6 - Capela, crianças ante a escola, moradores em suas residências e em cenas de trabalho**



Fonte: autor, 2007.

Possuidora de uma homogeneidade étnica e cultural, a comunidade é habitada por 65 famílias, tendo aproximadamente 325 habitantes, com histórico de ocupação territorial e resistência ao sistema escravocrata. Sofreram com a expansão e expropriação de suas terras em meio milênio de anos de exploração da indústria da cana-de-açúcar, mais a criação de fazendas de gado do oeste da antiga Anadia, a exemplo da Fazenda dos Nóia, Olhos d'Água do Accioly, Canudos e Canna Brava dos Paes, que formalizaram respectivamente os atuais municípios de Coité do Nóia, Igací, Belém e Taquarana.

Esta comunidade, que resistiu numa região ribeirinha do Rio Lunga, é ainda localizada em uma região que está às margens da sociedade. Foram também perseguidos no passado, sendo seus componentes invisíveis na história do passado e do presente, vítimas de preconceito racial e discriminados socialmente pelo poder público municipal. Sobrevivendo de forma rústica e na latente pobreza, a comunidade não dispõe das mínimas condições e estrutura para uma vida digna e salutar.

Não há reservatório de água e o fornecimento precário dos carros pipa nos períodos críticos de seca é irregular. A escassez e limitações de recursos naturais, principalmente o da água de superfície, transpõe a maior das dificuldades enfrentadas por seus moradores, obrigando-os a comprá-la ou à dependência do carro pipa, e habitualmente a saciar a sede e higienizar-se com água de fossos que conservam por algum tempo as águas da chuva, construídas pelos próprios moradores. São os chamados barreiros. Existe o barreiro do Gonzaga, em referência ao antigo morador, ampliado pela prefeitura há oito anos, localizado na área central da comunidade e próximo da escola, mas a comunidade geralmente faz uso de algum dos sete barreiros em terras particulares, cavados com o propósito da criação de gado.

Entre esses, há o que tem a melhor água para consumo humano, e que obriga alguns moradores a buscá-la, na ausência do fazendeiro, entre 04h30min e 05h30min da manhã, ou quando escurece. Foi perfurado um poço artesiano junto à escola, mais foi inviável, pois a água apresentou um alto índice de salinidade. Este poço foi motivo de lastimável episódio narrado por um funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura de Taquarana, que na ocasião denunciou ao prefeito sua inadequada construção que, pelas normas, deve ser perfurado distante de leitos de rios e com o mínimo de 70 metros de profundidade, o que não foi respeitado pela construtora nem apurado pela prefeitura.

**Figura 7 - Barreiro do Gonzaga (antigo morador).**



Legenda: Localizado na área central da comunidade e existente desde os primórdios. Foi ampliado em 1996 pela prefeitura. Ao fundo a igreja e a escola. Fonte: autor, jan/2007.

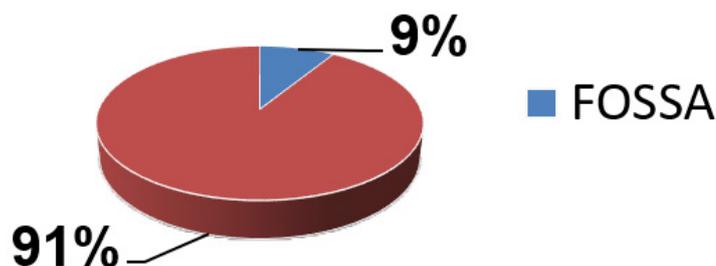
**Figura 8 - Barreiro do Gonzaga.**



Legenda: O uso do carro de boi é uma constante na comunidade; servindo para o transporte da família, da colheita, e principalmente da água. Esta última, em tambores plásticos adaptados como recipientes, e geralmente comprados em Arapiraca ou Palmeira dos Índios. Na comunidade existem cerca de 18 carros de bois. Segundo Seu Antônio Capote, há 20 anos atrás só Basto Pedro tinha carro de boi ali. Fonte: Autor, jan/2007.

Entre as várias reivindicações elencadas pela comunidade, a mais aclamada diz respeito à solução do problema da escassez de água e de melhoria de sua qualidade, que poderá ser amenizado com a revitalização do barreiro do Gonzaga e a escavação de mais um barreiro no povoado Volta, só para uso animal. Neste povoado, o saneamento básico é inexistente, praticamente não há banheiros ou fossas para o esgotamento sanitário. É recorrente, principalmente entre as crianças, a contração de verminoses devido ao consumo de água contaminada por fezes e urina humana e de animais, já que compartilham o tomar banho no local, o beber e o cozinhar com a mesma água utilizada por bois, patos e cachorros.

**Figura 9 - Destino das fezes das residências do Povoado Voltas**



Fonte: pesquisa de campo (2007).

O aproveitamento do telhado da escola e sua cisterna – inutilizada para captar e armazenar água para uso dos moradores da área central da comunidade – seria bem-vindo. Porém, o problema de abastecimento regular de água para a comunidade passa pela resolução do problema de acesso à terra. É nas grandes e médias propriedades onde se encontram os maiores e melhores barreiros, muitos construídos com dinheiro público. A procura por água ocasiona conflitos com os fazendeiros que “desconfiam” que nos períodos de estiagem alguns moradores da comunidade vão à noite “roubar” água em seus barreiros particulares. Faz-se necessário atacar este problema com

mais firmeza, e possibilitar aos moradores sobreviverem de modo mais condizente e em condições sanitárias aceitáveis, principalmente no período de convívio com a estiagem. Para isso, seria necessário construir cisternas de placa pré-moldadas, que servem para armazenar a água do período de chuva. Esta alternativa é a mais utilizada em localidades com escassez de água, pela praticidade de instalação e o baixo custo financeiro, construída por aproximadamente R\$1.000,00 em apenas cinco dias, e armazenando 16.000 litros por oito meses para uma família composta por nove pessoas cozinhar e beber.

É lamentável que em todo o município não haja nenhuma instalação de cisterna de placa. Esta carência decorre por vários fatores, entre os quais o desinteresse do poder público municipal em financiá-las, e o excesso burocrático no uso de dados usados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Explico: segundo comentário de funcionário da prefeitura, mesmo estabelecido numa região com clima de transição entre agreste e sertão, com povoados com solo e vegetação característicos de caatinga como é o caso de Poços do Lunga, é caracterizado pelo IBGE como município agreste, ficando desassistidas pelos diversos projetos para melhorar o convívio com o semi-árido!

Por enquanto, a comunidade improvisa como pode o consumo deste bem natural cada vez mais escasso na terra, a água. Esta, pelo menos por enquanto, tem que vir do céu, “onde se vem a melhor água de beber”.

Na área da saúde, a comunidade não é atendida regularmente por um agente de saúde. Caso sejam diagnosticadas com alguma enfermidade ou acidente traumático, são atendidas pelo Programa de Saúde da Família – PSF - 06, no sítio Lagoa Grande a 7 km de distância. Os casos mais graves são encaminhados para Taquarana, que possui um posto de saúde e maternidade. Os casos de emergência são encaminhados à Unidade de Emergência do Agreste em Arapiraca.

O motivo de saúde mais preocupante para os moradores é resultante da falta de água, o que os leva a consumir água sem nenhum tratamento sanitário, convivendo com consequentes riscos de diarreia e de contaminação por verminoses.

Outro motivo preocupante, mas não relatado pelos nativos é o grande número de casas de taipa que serve de abrigo para o “barbeiro”, inseto transmissor da doença de Chagas.

O alcoolismo é um problema que merece certa atenção. Observamos este fenômeno pelas reclamações de que se ouve na maioria das famílias, mesmo as que não tem nem usuários nem dependentes. Este tema merece um maior aprofundamento e questionamento por parte das lideranças locais e do poder público com o objetivo de informar sobre os riscos à saúde e investir em instrumentos de esporte e lazer para a melhoria na qualidade e da perspectiva de vida dos usuários, das novas gerações e da comunidade geral.

Na comunidade existe um pequeno grupo escolar, Escola Tenente Tenório, e segundo o Projeto Político Pedagógico é uma nomeação em homenagem a um “filho Ilustre da terra”. Lamentável, no entanto, que nenhuma das pessoas que entrevistei na comunidade sabia quem era o tal Tenório. Poderiam, nesse caso, ao menos homenagearem o “tenente deles” (Francisco Romão) ou o Teixeira ou o Ursulino Barbosa, nomes comuns na memória local. Voltemos à descrição. O grupo escolar opera com duas salas de aula que atendem a dezoito crianças com Educação Infantil em turmas seriadas. O espaço é também utilizado em “aulas de artesanato”, de forma precária, como parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Quarenta e cinco pessoas frequentaram o ensino fundamental (de quinta à oitava série). Esses estudantes deslocam-se de ônibus, ofertado pela prefeitura, para uma escola no sítio Lagoa Grande. Já dois estudantes do Ensino Médio foram para o centro urbano de Taquarana, que é oferecido pela Escola Estadual Santos Ferraz.

Outra reclamação recorrente diz respeito ao difícil acesso e isolamento imposto à comunidade, que clama por melhoria periódica dos acessos e das estradas na comunidade, por meio de manutenção periódicas das condições mínimas, já que os terrenos acidentados e as estradas empoeiradas e esburacadas nos períodos de estiagem transformam-se em lamaçais, nos períodos das chuvas, ficam intransitáveis para veículos e pedestres. Também não há serviço de telefone público, o que dificulta principalmente, segundo moradores, a comunicação com familiares e entes que residem e trabalham em outros estados da federação. A iluminação nas casas ocorreu de forma precária e clientelista em 2004, nas vésperas da eleição municipal, pelo programa “luz para todos”, mas não há iluminação nas vias públicas. Enfim, a comunidade encontra-se geograficamente isolada pelas péssimas condições das estradas de terra, que se tornam intransitáveis no período de chuva, quando aumenta o volume de água do Rio Lunga e seus afluentes. Não há transporte coletivo. O local mais próximo onde os moradores conseguem transporte, fica a 2 km da comunidade, no sítio Mameluco. A locomoção é feita por uma moradora local, numa caminhonete que tem horário fixo de segunda à sexta-feira, saindo às 07h00min e retornando às 10h00min. Aos sábados, a prefeitura de Taquarana oferta um ônibus para os moradores comprarem algo na feira da cidade, e, mesmo para quem não tem dinheiro, essa é uma oportunidade para passear. Para locomoção entre os povoados vizinhos, o meio de transporte mais utilizado é o de tração animal, utilizando-se do carro de boi (62% das famílias possui) para se locomover, fazer arado, levar e trazer seus produtos de subsistência, competir no sistema econômico e interagir com outras comunidades.

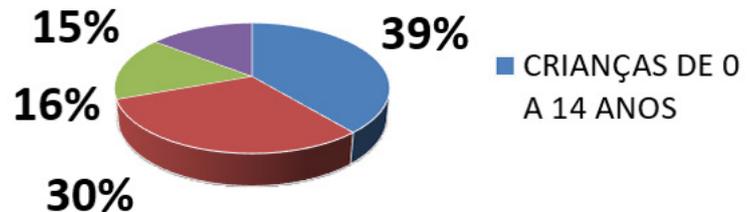
Figura 10 - O carro de boi no cotidiano da vida em Poços do Lunga



Fonte: autor, 2007.

A comunidade, espalhada nas residências espaçadas dos habitantes de Poços do Lunga, é formada por 45% dos moradores do sexo feminino e 55% do sexo masculino. Boa parte está ligada direta ou indiretamente às famílias Santos e Silva, as mais extensas, e outras de menor abrangência como os Febrônios, Rosendo, Espírito Santo e Salustiano.

Figura 11- Divisão dos habitantes por faixa etária



Fonte: pesquisa de campo, 2006.

A divisão sexual aparece também em muitas atividades de trabalho preferencial dessa comunidade que, no que concerne à educação formal, é de baixa escolaridade. A pesca, por exemplo, como atividade

desenvolvida para o sustento da comunidade, exercida principalmente no verão onde não há produção de lavouras de subsistência, revela a divisão sexual e a dinâmica das condições socioambientais: antigamente era executada também pelas mulheres. Porém, com o assoreamento e a conseqüente falta do pescado no rio Lunga, passou a ser atividade exclusiva dos homens, por motivo de deslocamento maior da área de residência, feita principalmente ao açude de Igaci, a 18 km; cabendo às mulheres o trato do pescado, a confecção e o conserto das redes.

Vale afirmar um detalhe sobre a divisão sexual: apesar de minoritárias, as mulheres são mais engajadas e participativas em reuniões da comunidade e na organização dos cultos religiosos, tantos os católicos quanto os realizados nos terreiros de umbanda de Pai Jorge de Oxum, no Sítio Novo, e de Tonho de Ogum, este último, com suas atividades iniciadas em junho de 2009 no Sítio Volta, cujos cultos acontecem, respectivamente, nos dias de sexta e segunda-feira, aproximadamente entre 19:00 horas e meia-noite.

## A CASA

Neste período de três anos que visito e observo o modo de vida e as estratégias de sobrevivência da comunidade, pude, por diversas vezes, presenciar o processo rústico de construção das habitações utilizado nos Poços do Lunga e povoados vizinhos. Apenas 16% dessas habitações são construídas com a utilização de cimento e tijolos, o restante é construído de pau-a-pique, chamadas na região de casas de taipa. Para suprir a necessidade de alguma família em construir seu lar, por motivo de uma nova moradia ou casamento de algum parente, se empreende o chamado “dia de tapagem de casa”. Esta prática sobrevive aos dias atuais devido à precariedade e marginalidade sofridas por esta comunidade desde seu assentamento.

Segundo Ramos (1979:234) essas habitações são “sobrevivências da cultura material trazida ao Brasil pelos bantus, em especialmente angola-congolenses”. Apesar da proibição pelo regime escravista em construir suas próprias casas, restando viver “nas padronizadas senzalas das fazendas” quando em regime de liberdade nos quilombos puderam construir suas casas “semelhantes às construções nas terras de origem”. O autor ressalta que a república dos Palmares seria um documento valioso para um conhecimento mais preciso deste aspecto, se os documentos da época, produzidos pelo poder Colonial, não tivessem se detido apenas aos aspectos militares. Deste período, acrescenta, “sobreviveram os *mocambos*, primitiva habitação dos negros e hoje termo genérico que passou a designar as habitações pobres do nordeste.” Para ele:

Até que ponto, porém, o *mocambo*, como sinônimo de palhoça, exprime uma sobrevivência da cultura material bantu? Isto é o que resta averiguar, com o paralelo a fazer-se, de um lado, entre as habitações do negro, na área do Congo, e os mocambos das repúblicas negras, por exemplo Palmares, do outro, entre estes e os atuais *mocambos* do nordeste. E parece haver, de fato, esta correlação, entre as casas retangulares e os *mocambos*, de barro batido e palhas, do nordeste (RAMOS, p. 235, 1979).

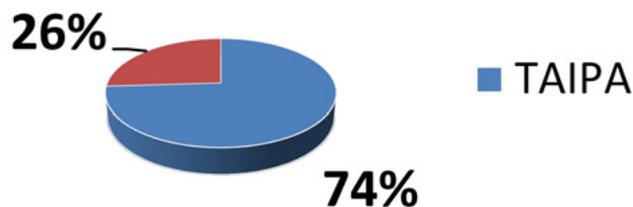
Quando puderam superar todos os obstáculos impostos pela natureza e pelo regime escravocrata para uma sobrevivência digna sem deslocamentos abruptos, estas famílias construíram o que o antropólogo Dirceu Lindoso classificou de comunidades mocambeiras, “criada por negros escravos fugidos das *plantations* açucareiras” onde acolhiam, também, “índios desaldeados e brancos pobres e mestiços”. Segundo o autor, este tipo sociedade está caracterizada pelo *mocambo* como:

a forma de habitação ou moradia que aqui se instalou para refugio de negros fugitivos nas matas úmidas, que sendo uma herança africana, nas condições de então teve influência das formas indígenas de moradia e portuguesa rural. E as relações sociais criadas por essas condições de vida mocambeira.

A forma *mocambo* depois migrou para designar uma forma urbana de moradia despicienda, antagônica do sobrado urbano, e destinada à moradia de pobres na periferia da cidade do Recife (LINDOSO, p. 32, 2007).

É nesse mesmo tipo de habitação, com exceção da cobertura de palha que passou a ser substituída por telhas de barro, onde 84% dos moradores de Poços do Lunga se abrigam:

Figura 12 - Tipo de habitação



Fonte: Pesquisa de campo, 2009.

A tapagem de casa é executada em regime de mutirão, tamanho o grau de parentesco, unindo não só a família beneficiada, mas toda a comunidade, mesmo não participando diretamente na ação, mas no desejo, num trabalho coletivo. Exerce grande fascínio, atraindo a colaboração da maioria dos moradores da área, chegando a ponto de causar certa inveja e descontentamento àqueles que não foram avisados ou não puderam, por motivos particulares, participar do evento. Até uma década atrás, esta atividade foi um evento que envolvia diretamente, em forma de mutirão, toda a comunidade: pessoas de todos os sexos e idade em uma “trabalhada” que acabava se transformando em grande festa, que virava a noite ao som dos cantadores de pagode.

O senhor Antonio Rosendo, 69, é a pessoa responsável pela construção da grande maioria das armações das casas de taipa da área, e também dos carros-de-boi, das gaiolas para passarinhos, baiaios e abanos. Especializado em carpintaria e demais trabalhos com

madeira, constrói primeiramente o esqueleto da casa, com esteios de pau-a-pique e as paredes formadas por um traçado de varas amarradas com cipó de caroá, todos retirados das matas, ou cordão, formando uma trama. No dia marcado para a tapagem, logo ao raiar do dia, a multidão se reúne com enxadas, potes e cuias, para cavar o barro e carregar água dos rios e barreiros mais próximos. Cabe à família beneficiada a aquisição de parcas comidas e bebidas para servir aos trabalhadores.

**Figura 13 - A casa de taipa, de construção coletiva no regime de mutirão, é o padrão residencial de Poços do Lunga**



Fonte: Autor, jan/2007.

Foi dessa atividade que sobreviveu os últimos resquícios de musicalidade deste povo, através de cantos de trabalho, Seu João Jorge, 74, hoje perdendo sua luta contra o alcoolismo, era “o grande pagodeiro” junto à dona Édis e outros responsáveis pela animação, fator importantíssimo para integrar pessoas ao mutirão e ritmar a produção. O pagode, de forma divertida, ritmava as pisadas no barreiro quando o barro depois de escavacado e aguado, passava a ser amassado por pessoas abraçadas umas às outras em forma de círculo que iam girando e cantando, numa espécie de toré. Outro momento de grande cantoria acontecia com o término da tapagem das paredes, quando um segurava as costas do outros encarrilhados em forma de trem e saíam pisoteando todo o interior e ao redor da casa, este ato tinha a função de transformar o que antes era roça, em “chão”, piso e terreiro de terra batida. Para finalizar a tapagem, seus praticantes seguravam

um ramo verde, formavam um corredor na porta de entrada da casa e cantavam músicas com letras de conteúdo apropriadas para saudar e simbolizar a entrada na casa de seus novos moradores.

Comparando a observação desta prática com a narração feita por moradores mais antigos, percebermos a idéia de que essa atividade tornou-se mais fácil pela utilização dos carros de boi e de baldes e sacos de plástico para o transporte de barro e água, os dois materiais básicos, junto à madeira, agora conseguidas com derrubada de outras casas. A substituição do cipó (não há mais nem matas) é feita hoje por cordão comprado nas feiras. Por outro lado há a ausência da figura animadora dos cantadores de pagode e de pequenos rituais como o balançar dos ramos verdes para saudar a entrada dos moradores da nova casa e comemorar o fim da atividade.

Apesar da beleza exposta pelo momento de confraternização, em forma de mutirão, para resolver um problema prático, o da habitação, onde se constrói casas de taipa, há a necessidade de substituí-las por construções de habitações feitas com cimento e tijolo, visando o aspecto sanitário e de propensão à saúde de seus usuários. Apesar da preocupação dos órgãos de saúde pública, em especial a Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, que não aconselha o uso de casas de taipa, por servir, também de abrigo ao mosquito transmissor da doença de chagas, configurando um fato grave para a saúde pública em comunidades rurais, nenhuma política pública voltada à construção de casas populares e melhores condições de saúde foi concretizada para a comunidade. Apesar de não se beneficiarem ainda destes programas, os moradores tendem a construir suas casas com tijolos por serem “mais bonitas e arrumadas” que as de taipa, numa troca que desconhece o aspecto sanitário em privilégio do estético.

Já existe um aumento significativo de construções de casas de tijolo concorrendo com as construções de casas de taipa; em 2008 foi de 7%, tendência que vem modificando a paisagem na comunidade.

Então, como uma comunidade que sobrevive economicamente da agricultura familiar, que mal dá para a subsistência, e de benefícios previdenciários e de programas de distribuição e renda do Governo Federal consegue construir casas de tijolo? Os moradores conseguem utilizar estratégias econômicas de uso destes benefícios para a compra de outros direitos sociais. Por exemplo, Zé pata não utilizou o dinheiro correspondente ao Salário-Maternidade de dois filhos para compra de enxovais dos recém nascidos, nem comprou fardamento, lanche, ou material escolar com o dinheiro destinado pelo Bolsa Família, “economizou” anos comendo “feijão com farinha, sem ter de comprar mistura”, mais algumas doações e alguns meses de construção, e a casa está pronta a para sua família. Outra alternativa utilizada é a “economia do êxodo” ou economia do dinheiro que é remetido e economizado mensalmente por familiares que trabalham em outros estados, especialmente em São Paulo e no Paraná. São, na maioria, filhos que fugiram de um cenário de pouca expectativa de melhoria de vida para trabalhar na construção civil e no corte da cana. A migração de retorno é também bastante visível, pois estes também constroem casas para si na comunidade e as deixam aos cuidados de parentes com a esperança de voltarem brevemente ao seu território de origem.

## A FESTA DO MEADO DE AGOSTO

Os quilombolas do Lunga desenvolvem no seu dia-a-dia uma mescla que se funde na divisão entre as atividades de trabalho e lazer, tamanho são suas expressões de contentamento e galhofa. Percebemos isso nos momentos mais festivos e nos espaços de diversão e recreatividade, como a conversa à porta das casas, os banhos no rio e açudes, os toques nos terreiros, as idas ao bar ou às festas privadas, a exemplo de casamentos e aniversários. Contudo, percebemos essa mesma alegria no próprio trabalho coletivo, seja na tapagem de casa, nas farinhadas, no

cuidado das crianças, na busca da água do açude, ou no trato nas roças de parentes e amigos. Tudo acontecendo como alento da descontração e do fortalecimento dos momentos de sociabilidade.

Mas a comunidade comemora sua maior expressão festiva no dia 15 de agosto, igualmente conhecida na região como “Festa do Meado de Agosto”.

Esta festa é celebrada em homenagem à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da comunidade. Sua realização acontece em determinado momento, a exemplo das civilizações tradicionais, influenciadas exclusivamente pelas mudanças das estações, desconhecendo o calendário moderno e datas pré-estabelecidas em homenagens a fatos e pessoas célebres: São João, Natal, etc. Pouca gente da comunidade, inclusive entre os mais velhos, conhece o nome da padroeira homenageada, ficando de forma mais incisiva a nomeação de “Festa do Meado de Agosto”. Considerando o fim do período chuvoso e começo da estiagem, estradas mais ou menos transitáveis, com seus barreiros cheios de água e suas casas transformadas em celeiros abarrotadas de feijão de arranca à espera de dias mais quentes para secar, “bater” e armazenar para ir consumindo no resguardo até a próxima colheita.

Segundo Almeida (2003), a diversão do homem do campo acontece de forma pulverizada nos mais diversos momentos, “sendo necessário romper com a fundamentação do lazer na dicotomia trabalho/lazer”. Esta relação se evidencia também nos preparativos desta festa, onde seus organizadores diretos e a comunidade fazem questão de reforçar em suas falas o quanto se orgulham e ficam gratificados pela enorme presença das pessoas de fora da comunidade. Outro aspecto interessante levantado pelo autor sobre o lazer no meio rural é o seguinte:

De uma maneira em geral, todas as festas sofrem influência religiosa. São formas de diversão autênticas, sejam familiares ou comunitárias. Tanto o trabalho de elaboração quanto a participação do evento em si trazem fortes conteúdos lúdicos. Todo o

processo de preparação das festas, como, também, o período em que elas se desenrolam, é vivido com o maior entusiasmo e alegria (ALMEIDA, p. 90, 2003).

A festa centenária, que ao longo dos anos foi organizada por várias lideranças locais, entre elas, o escravo Domingo, depois por Zé Lúcio e sua filha beata Firmina Mercês de Jesus. Com a morte da beata [JSdSS1], o compromisso de organizar a festa foi herdado para sua filha Tereza e para seus bisnetos, que junto a outras lideranças, tem a tarefa de arrumar e enfeitar a igreja, conseguir carro de som, angariar fogos e prendas para o leilão, cozinhar para os convidados, montar as barraquinhas de comensais e bebidas. Os preparativos vão até a parte da manhã; a partir do meio-dia começam a chegar os moradores de comunidades vizinhas, de pé, a cavalo, de moto ou de carro, vêm chegando, aos poucos, por estradas ainda enlameadas, quase inacessíveis, pela ação das últimas chuvas do inverno. Parentes que moram muito distantes aproveitam a festa para visitar seus entes. Todos os moradores se fazem presentes à festa. A festa torna-se um patrimônio de valor inestimável para seus moradores, um bem que pode ser oferecido ao outro, como um presente aos visitantes.

O modo como a festa é apresentada aos participantes e visitantes, segue as influências ritualísticas dos símbolos e da tradição católica romana, observadas em festas paroquiais, principalmente nos interiores do Nordeste. De frente à igreja, minúscula, é disposto uma mesa que, ao mesmo tempo, serve de altar para acomodar um crucifixo de metro e meio de altura, que será o guiador na procissão que percorre cerca de quinhentos metros, suficientes para reverenciar o grande mandacaru, circular a casa de seu Manoel e retornar. A outra serventia da mesa é a de dispor sobre ela os itens que serão oferecidos ao público para arrematação, entre estes, cinco paus de cana caiana, um cacho de côco, uma abóbora, alguma galinhas magras, todos doados por moradores da comunidade.

Entre a mesa altar e a igrejinha, estão a rezadeira e o violeiro, responsáveis por iniciar com cantorias e rezas a parte ecumênica da festa. Faz-se a procissão. Dona Domenícia relembra com pesar um tempo em que a festa era mais pomposa, tinha procissão que percorria toda a comunidade, missa tratada com padre, e que juntava muito mais gente que as cerca de trezentas que participaram em 2007. Mais reza e cantoria para dar início ao leilão, o pessoal mais jovem demonstra total desprezo a esta fase segunda, pois estão objetivando, exclusivamente, a fase de encerramento e a mais “animada”, a da dança, dos comes e bebes.

## A SENZALA E A QUESTÃO DA TERRA

O direito à terra é o direito à vida. De modo que a sociedade brasileira como um todo deve garantir e cobrar que se faça cumprir a sua Constituição e se atente da urgente obrigação de fazer valer sua função social. A terra tem de satisfazer as reais necessidades humanas, garantindo sua subsistência e também das gerações futuras. Para as comunidades tradicionais e povos originários indígenas e quilombolas a terra onde moram é sagrada, é tudo. Eles são os grandes guardiões deste patrimônio natural e cultural, onde fazem o usufruto coletivo, trabalham a terra para extrair alimentos e as mais diversas formas de sobrevivência e do existir.

É fato ainda muito grave o problema da questão agrária no Brasil, com exorbitantes quantidades de terras nas mãos de poucos proprietários e até mesmo de especuladores financeiros internacionais, e outros tantos sem terras para plantar, sem as mínimas condições para produzir, postados às vezes nas beiras das rodovias à espera de oportunidades e lutando pela tão sonhada reforma agrária. Em nossa

comunidade de estudo não é diferente. O problema do latifúndio é visível. Em Poços do Lunga, cerca de aproximadamente 90% das terras estão em mãos de duas propriedades: a Fazenda Gericó e as terras do Sr. Linduval. São terras que tiveram suas regularizações efetuadas nestas últimas décadas, conforme depoimentos de alguns moradores. Da maioria dos moradores efetivos desta comunidade só restou o “chão” e uma pequena porção de terra, onde fixaram residência, fazem seu roçado e o pequeno cercado para guardar seus bois de carga.

Seu Elmiro, 69 anos, lembra que até pouco tempo atrás, há aproximadamente 20 anos, com a chegada destes fazendeiros e das cercas, modificou-se acentuadamente a paisagem da caatinga, transformando suas florestas de antigos mandacarus, baraúnas, mulungus e catingueiras transformando-as em terra especulativa de capim degradante e pasto. Outras espécies da flora que tinha serventia para “matar a fome” da população na época de estiagem; como os juazeiros, trapiais, macambiras, umbuzeiros e algarobas, foram também reduzidos, destruindo com a “casa” das últimas caças comestíveis e com a mata ciliar, comprometendo a sobrevivência do rio Lunga e às suas.

Eram diversas as residências espalhadas por toda a comunidade até o pé do Serrote, mas que nas últimas décadas foram reduzidas à povoação da Volta e do Sítio Novo. O Povoado Volta ficou acuada, a cerca sai delimitando as casas até chegar aos fundos da igreja, ou seja, onde não tinha morada de resistência, foram apropriadas, as frentes e os quintais. Em época em que a terra era de todos, de uso comum. Todos sobreviviam da caça de parques frutos e da pesca nessas terras. A terra não tinha valor comercial. A seca, o êxodo, a morte dos moradores mais antigos, a expropriação e a cerca foram transformando a paisagem. Segundo o Sr. Basto Pedro, era assim: “Certo dia chega um cabra em lombo de cavalo e diz: esta terra é minha e mostra uns papé”.

**Figura 14 - Trabalho coletivo na produção da farinha-de-mandioca, alimento básico e essencial na dieta da comunidade. E a criação do gado e a pesca auxiliam na reprodução da vida da população**



Fonte: autor, 2008.

São vários os relatos de moradores de que pais ou avôs vendiam ou trocavam grandes extensões de terras por pouco dinheiro ou animais. Francisco, 29 anos, contou que sua família “nunca vai esquecer” a negativa, apesar de toda peleja, para que seu avô Chuíte, trocasse seu jegue de estimação numa porção de terras na região. Acontece que, por essa época, quem tinha um jegue ou carro de boi era considerado abastado, pois transportavam cargas e garantiam a locomoção pelos caminhos. Infelizmente, a localização da “antiga senzala”, isto é, antiga residência, lugar referencial para as origens da comunidade, e onde residiu aquele grupo inicial, formado pelos antepassados dos que ainda hoje se encontram represos, não foi preservado após a invasão. Restos de materiais, cacos de telhas, pedaços de cerâmica, o barreiro quase desfeito pelo arado, a vegetação, a “cozinha”, a visão do outro lado do rio, onde ficava a casa-grande, o centenário pé de imbu, tudo são vestígios de um povo que tinha fama de bravos e violentos, e sobreviveram e defenderam seu território utilizando-se da estratégia da invisibilidade.

Diante desses conflitos e necessário a garantia do direito ao acesso à terra, que perpassa inclusive, pela garantia do direito a água, a agricultura familiar e a preservação de seus espaços ancestrais. A terra é a condição crucial para subsistência desta comunidade negra rural, e, a partir daí combater a pobreza, o êxodo, a depreciação de sua identidade afro-brasileira e a desconfiguração do antigo quilombo.

## BASTO PEDRO E AS MEMÓRIAS DO LUNGA

O morador Basto Pedro nos concedeu uma entrevista, gravada no dia 24 de janeiro de 2007. Basto Pedro tem 69 anos de idade, tendo passado toda a sua vida na área. É verdade que se trata apenas de um depoimento, mas a partir dele podemos observar como se montou a construção/reconstrução do passado do lugar do ponto de vista nativo, isto é, do ponto de vista do homem simples, humilde e sem acesso às informações documentais e externas à vida diária dos que ali nasceram e vivem. Perguntamos apenas sobre como teria ocorrido a história da ocupação daquelas terras em que hoje ele habitava e trabalhava. Eis a sua fala ininterrupta:

Aqui primeiro era assim,  
Era senzala de negro  
Meu avô que é o finado Dionísio (paterno, trabalhava para o Romão)  
Meu avô tinha uma senzala de negro do tenente Rumão  
Naquela região acolá todinha era senzala de negro  
Então daqui pra sai naquela tropa acolá, naquelas casa e tudo Volta,  
Só que eles ficaram revoltado, agora  
Que primeiro quando diziam que era Volta ficava tudo brabo, é os nego das voltas era tudo valente.  
Antigamente.

Agora nunca saíram ninguém amarrado devido ao tenente Rumão que era o feitor deles.

Então, ele morava naquela casa acolá.

Era a casa grande dele, tem até o chão.

Então essas propriedades aqui tudo era dele.

Essas propriedades tudo aqui era dele.

Criou essa senzala de negro, depois no Brejo era o capitão Ursulino,

Lá em baixo era a Finada Iaiá.

Trabalhava por conta dele.

Ele dava roça a ele e ele gostava dos negros e o negro gostava dele

Tinha senhor de negro que era muito malvado que nem capitão Ursulino lá no brejo, finada Iaiá.

Quando pegaram a liberdade... que o rei deu a liberdade.

Quem tinha um senhor de negro pode liberar os negros.

Então tinha aqui, tinha no brejo então o negro pra sair dum sítio ao outro.

Sair de uma senzala pra outra,

quando o senhor vinha comprar.

Então o tenente Rumão nunca vendeu os negros dele.

Do Brejo o capitão Ursulino vinha pra compra, aí ouviu a alforria dos negros, a liberdade os negros era...era tudo brasileiro, foram sim e sim tudo.

Mais os do tenente Rumão tinham ficado com os negros,

e ele teve que ir pra Maceió a cavalo. (intimado para explicar)

Chego lá falei com o atendente e disse que eles quiseram ficar, mais a liberdade é deles.

Aí veio a carta, o homem deu a carta a ele e que quisesse ficar como era, não sendo escravo pudesse ficar,

e se soubesse que o amo não queria liberar,

tinha que dar queixa lá.

Então os negros aqui da Volta,

o finado Jorge (pai do Elmiro), o pai do finado Jorge, o pessoal do Macário acolá, a tia Firmina.

A dona daquele grupo, a vó, a tia Firmina era alva,

mas a mãe dela era negra preta do beijo virado.

Só que o pai da tia Firmina era o finado Zé Lúcio, um homem alvo.

Eu ainda alcancei ele aqui

Então ficou aqui a Volta.

A estrada era por lá.  
O finado tenente Rumão criou esse caminho daqui à acolá  
pra sair lá na frente  
Então ficou a Volta.  
Aí o pessoal dizia: tem um negócio aqui na frente,  
tem a volta aqui olha!  
Ai o pessoal em vez de ir pra lá na estrada,  
ai fazia volta aqui.  
Saia lá.  
Aí ficou a Volta.  
Ai ficou o pessoal da Volta, os nôgo da Volta.  
Os mais veiô foram morrendo, e os mais novo foram ficando:  
que nem tio Zé Jorge, finado Lúcio, finado Mudo, finado Rumão  
(tio do Elmiro), que morreu numa semana dessa , pode falar  
assim.  
Então lá, naquele lado de lá é os Poços do Lunga, na linha de lá.  
Então, tira a casa do cumpade Zé Tica, pra cá um pouquinho é  
a Volta, pra lá é os Poços do Lunga  
Dacolá pra qui é Volta  
Agora porque os pessoal era valente,  
Eles não se conformava.  
Se o caba dissé ao Elmiro, ao pessoal acolá ele ficava brabo  
pra brigá.  
Só que os documentos dessas terra lá é Volta.  
Então, quando foi agora outro dia nos comícios e tal e fizeram  
aquela comunidade, pegaram o documento e tava marcando  
Sítio Volta.  
Ai quando vieram a falante conversando (período eleitoral), o  
Antonio, o Zé Dentista e mais e mais (candidatos a vice e a  
prefeito), dissero:  
o sítio Volta está bem beneficiado ta-tá-tá, isso e aquilo outro,  
ai eu disse pro Elmiro, aqui onde o home tá falando é sitio Volta  
ou é Poços do Lunga, me diga agora, vá dizer os home acolá  
que não é Volta  
o documento tá registrado sítio Volta  
Então está registrado como sítio Volta.  
De mil e oitocentos e tanto, que não sei a época e nunca se  
acabou no cartório (...)  
Pode mudá de nome, que nem assim, aqui  
Acolá no Belém era Canudo, hoje é Belém  
mas o tronco veio ta marcando Canudo

Quando passou pra cidade.  
Taquarana era Canabrava.  
Igaci era Olhos D'água dos Tioli. Mas hoje marca Igaci.  
Só duas comarca que nunca foram revoltada: Arapiraca e Palmeira dos Índio.  
Onde tem aquele grupo, era o sonho da tia Firmina era fazê uma igreja.  
Aqui era festa todo dia 15 de agosto e 25 era festa.  
Então, o sonho dela era fazê uma igreja.  
Todo ano ela planejava.  
Pedia pros mais véio  
Mais ela não realizô.  
Então aquela família,  
a cumade Tereza, que ela criô, a cumade Firmina, ela voltou, e continuou com a festa.  
A escola onde eu aprendi era na casa da tia Firmina...

São muitas as narrativas e testemunhos que ficara carentes de uma análise, fatos e conhecimento de seus ancestrais narradas por Seu Elmiro, Antônio Capote, Seu Laro, Francisco e Maria Lúcio, como o dia em que o vigário vendeu as terras de São Benedito, uma propriedade da igreja do outro lado do rio Lunga e sumiu com o dinheiro. Ou de quando “os negô sumiam” com suas táticas utilizadas para despistar os jagunços com armadilhas escavando buracos no chão e cobrindo com folhagens ou se escondendo nas copas dos velhos trapias e mulungus. Também faz parte deste repertório as histórias da beata Firmina Mercê de Jesus e suas idas a pé, percorrendo em romaria aproximadamente 600 km à Juazeiro do Norte/CE para reverenciar seu padrinho Cícero.

Contudo, como podemos observar pelo relato de Basto Pedro, há uma memória sobre como as coisas ocorreram no passado. Isso é mais importante ainda quando vemos que essa memória ajuda na percepção que os moradores atuais têm do lugar onde vivem, e aí encontram motivos para continuar defendendo a permanência de suas vidas nessas terras, e se empenhando para que as melhorias possam um dia, de fato, tornar mais tranqüila e feliz a vida no chão ocupado por muitos de seus antepassados.

## Considerações Finais

Confesso, não foi tarefa das mais simples, mas ao passo muito grato, pela lição aprendida. Se meu objetivo era descrever os rastros de quem passou por aqui antes da instituição do município de Taquarana, de seus fazendeiros, tenentes e capitães é demonstrar de forma mais compreensiva e particular aos taquaraneses, e a quem ler esse trabalho, enfatizar a contribuição em nossas origens daqueles personagens que ainda não figuram nas fachadas das escolas nem nas histórias oficiais do município.

A lição foi aprendida por mim, nos diversos momentos que visitava aquela gente. Bastava chegar na comunidade e parar algumas horas numa casa, para que seguindo “meus rastros” chegassem outros moradores, para conversar e saber as novidades. Bastava olhar atentamente para o chão e observar ao longe, que poderia instintivamente responder às suas dúvidas, ou achar a quem procurava. Foi aprimorando este conhecimento, que o mundo globalizado, disperso e individualista esqueceu: o de observar na natureza, nos rastros, nas pegadas, e nos indícios de nós mesmos, o sentido da vida. Isso me serviu para aprofundar o conhecer de nossas origens. Com a ajuda de Francisco, meu informante principal, e sobretudo meu guia, tive o caminho facilitado para penetrar nos meandros do cotidiano desses habitantes do meio rural alagoano, brasileiro. A história dessa gente se parece com a de milhares de contemporâneos nossos, muitas vezes distantes apenas alguns quilômetros de nossas ilusões mais modernas, mas tão distantes dos nossos gestos mais simples e humanos.

O povo do Lunga quer muito pouco dos outros, digo dos poderes constituídos. Em grande parte, bastam-se a si próprios. Mas desejam cidadania, reconhecimento, e, claro, o direito à memória. Isso não é pouco, ante a ganância desenfreada da vida moderna?

Esse trabalho baseou-se em leituras, em pesquisa quantitativa e em muita observação direta de minha parte. No que pude, interagir, e mesmo me identifiquei bastante com o povo do Lunga, certamente nada ensinei e muito aprendi. No essencial, espero ter deixado neles o sentimento de que suas vidas são interessantes para muita gente, como pode ser o caso do cientista social.

Enquanto atores principais do processo de construção coletiva de sua organização associativa quilombola é preciso que perdure mais debates e reflexões sobre a necessidade de renovação e transparência nas ações de suas lideranças naturais e suas práticas. Ampliar os contatos e apoios junto às universidades e seus grupos de pesquisa específicos, FCP - Fundação Cultural Palmares e o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, entre outros. Estes órgãos federais são os responsáveis pela efetivação de políticas públicas específicas para estas comunidades, proposto pelo governo. No plano local é preciso superar o tempo em que sua relação com os gestores se baseava, apenas na exploração política eleitoral. Reivindicar mais incisivamente a contribuição dos agentes públicos locais, Diretor do PSF, Vereador, Agente de Saúde, Professor, um urgente comprometimento para sanar suas dificuldades históricas. Por outro lado, a uma tendência otimista de nossa parte, de que haja uma maior cooperação entre os Quilombolas da região do rio Lunga e seus aliados e parceiros, gestores de políticas públicas, pesquisadores, acadêmicos e populares.

Fazendo como aprendi – olhando para o chão e observando ao longe –, pude descrever um pouco da história e da vida diária dos homens e mulheres desta comunidade remanescente de quilombo. Afrodescendentes dos que sofreram e resistiram em Palmares, através de um convívio harmonioso e exemplar entre si, combateram a desigualdade, marca mais perversa das mazelas que a humanidade e o poder econômico não apreenderam e continuam a reproduzir sobre o povo pobre e oprimido, como é o caso dos habitantes do Quilombo Lunga, que na lutam pela abertura de novos caminhos para encontrar a humanidade plena e cidadã em novos Palmares.

## Referências Bibliográficas

ALAGOAS. **Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas – Iteral**. Disponível em <http://www.iteral.al.gov.br/comunidades-quilombas/>. Acesso em 20 de julho de 2009.

ALMEIDA, Japson Filho de **O lazer do meio rural – rompendo com o preconceito**. Maceió: Edições Catavento, 2003. p. 90.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo – Antropologia e História do processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.

BARROS, Rachel Rocha de Almeida. “O lugar social das palavras africanas no português do Brasil”. In Bruno César Cavalcanti; Clara Suassuna Fernandes e Rachel Rocha de A. Barros (Orgs.) **Kulé Kulé - Visibilidades Negras**. Maceió. Edufal, 2006, pp. 9-13.

BASTIN, Marie-Louise. **Escultura Tshokwe**, 1ª ed. 1 vols. Vol. 1. Porto: Multimem, 1999. Disponível em <http://www.culturaLunda-tchokwe.com>. Acesso em julho de 2009.

BRANDÃO, Moreno. **O centenário da emancipação de Alagoas**. 2ª ed. Maceió: Edições Catavento, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Made In Africa**. 4ª ed. – São Paulo: Global, 2002.

CASTRO, Elisa Guaraná de. “**Estudos de comunidade**”: **Reflexividade e etnografia em Marvin Harris**. Série Ciências Humanas, vol. 23. UFRRJ, 2001.

CAVALCANTI, Bruno César. As bantas coisas de Alagoas: cultura negra, passado e presente. **Gazeta de Alagoas**. Caderno Saber. Maceió, 4 fev. 2006.

DANTAS, Leonardo Silva “A Calunga de Angola nos maracatus do Recife”. In Leonardo Silva Dantas (Org.) **Estudos sobre a Escravidão Negra v.2**. Recife, Editora Massangana, 1988. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/docs/text/carnav01.html>. Acesso em fevereiro de 2009.

DIÉGUES, Manuel. **O Banguê nas Alagoas**, p.174.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS. Maceió: Organizações Arnon de Melo, 2006.

FIABANI, Adelmir Mato. **Palhoça e pilão – o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da África: Anterior aos Descobrimentos**. 6ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LINDOSO, Dirceu. **Formação de Alagoas boreal**. Maceió: Edições Catavento, 2000.

LINDOSO, Dirceu. **O poder quilombola – a comunidade muncambeira e a organização social quilombola**. Maceió: Edições Catavento, 2007.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, 28(1), 251–290. Brasília: UNB, 2003.

LIRA, Fernando José de. **Formação da Riqueza e da Pobreza de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

LOPES, Helena Theodoro; SIQUEIRA, José Jorge; NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Negro e cultura no Brasil – pequena enciclopédia da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

MARROQUIM, Mário, **A Língua do Nordeste**, 4. Ed. EDUFAL, 2008,p.113.

MOREIRA, Gilberto Passos Gil. **Diversidade Cultural, Identidade e Resistência**. Revista Palmares – Cultura Afro-brasileira, Brasília, v. 1, n. 1, p. 13-15, 2005.

MUNANGA, Kabengele. “Origem e histórico do quilombo na África”. In **Revista da USP**. São Paulo: USP, n. 28, Dez./Fev. 1995/1996. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/28/04-kabe.pdf>. Acesso em julho de 2009.

OLIVEIRA Jr. “Reflexão antropológica e prática pericial”. In José Jorge de Carvalho [Org.]. **O quilombo do Rio das Rãs: história, tradições e lutas**. Salvador: EDFUBA, 1995.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no Novo Mundo**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979, pp.234-235.

RIBEIRO, João de Castro Neto. **Taquarana e sua História**. Arapiraca: Imprima, 2007.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a cidade – a forma social negro-brasileira**. Petrópolis. Editora Vozes, 1988.

Z'ÁFRICA BRASIL. **Bom Convívio**. São Paulo, Released, 2006.

## Índice Remissivo

- A**  
africanos 17, 23, 40  
agrícolas 22, 24, 25, 28, 34, 40  
agricultura 27, 58, 64  
Alagoas 11, 12, 15, 21, 22, 23, 26, 27, 35, 36, 40, 41, 42, 44, 70, 71
- C**  
cana-de-açúcar 22, 23, 45  
colonização 22, 23, 25, 26, 28  
comunidade 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71  
comunidades 15, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 29, 37, 44, 45, 51, 54, 57, 60, 61, 69, 70  
culturas 23, 24, 71
- E**  
escravidão 17, 23, 33, 36, 70  
escravo 18, 22, 30, 60, 65  
escravos 19, 23, 25, 27, 54
- F**  
famílias 13, 25, 30, 40, 44, 45, 50, 51, 52, 54
- G**  
gado 21, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 33, 34, 36, 45, 46, 63
- H**  
histórico 22, 23, 24, 30, 33, 39, 44, 45, 71  
históricos 23, 42
- I**  
índios 27, 29, 54
- L**  
Lunga 8, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 58, 62, 64, 66, 67, 68, 69
- M**  
municípios 21, 29, 35, 44, 45
- N**  
negros 17, 27, 28, 29, 54, 65
- O**  
origens 25, 27, 38, 41, 63, 68
- P**  
Palmares 25, 27, 29, 34, 41, 44, 54, 69, 71  
Poços do Lunga 15, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 49, 52, 53, 55, 56, 62, 66  
população 24, 25, 28, 29, 35, 36, 45, 62, 63
- Q**  
quilombo 17, 23, 27, 28, 29, 30, 37, 42, 64, 69, 70, 71
- R**  
recursos 21, 22, 26, 29, 46  
região 15, 18, 22, 24, 25, 28, 29, 30, 32, 34, 37, 38, 41, 44, 45, 46, 49, 53, 59, 63, 64, 69  
remanescentes 17, 23, 27, 29, 36, 44, 70  
rural 33, 35, 36, 38, 44, 54, 59, 64, 68, 70
- T**  
Taquarana 13, 16, 17, 18, 21, 22, 25, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 42, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 67, 68, 71  
terras 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 37, 39, 40, 45, 46, 54, 61, 62, 63, 64, 67  
território 17, 22, 26, 28, 29, 58, 63  
tráfico 17, 37
- Z**  
Zona da Mata 21, 36

SÉRIE ESPECIAIS DO CENTRO DE MUSICOLOGIA DE PENEDO

[www.pimentacultural.com](http://www.pimentacultural.com)

# lunga

os quilombolas  
em Taquarana – Alagoas

VOLUME II

 CENTRO DE  
MUSICOLOGIA DE  
PENEDO

 pimenta  
cultural